



REPÚBLICA DE ANGOLA



República de Angola

ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Versão para discussão Nº 2

Luanda, Abril de 2008



O presente documento apresenta a Versão para discussão N° 2 da proposta de Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) e correspondente Plano de Acção (PASAN) para Angola.

A elaboração desta proposta esteve a cargo de uma equipa técnica de carácter multidisciplinar e intersectorial composta por representantes dos seguintes Ministérios:

- i. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural;
- ii. Ministério da Assistência e Reinserção Social;
- iii. Ministério do Comércio;
- iv. Ministério da Educação;
- v. Ministério da Família e Promoção da Mulher;
- vi. Ministério das Pescas;
- vii. Ministério do Planeamento;
- viii. Ministério da Saúde e
- ix. Ministério Das Finanças e
- x. Ministério do Urbanismo e Ambiente.

Este processo contou com apoio técnico da FAO e financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI).

A proposta da (ENSAN) e correspondente (PASAN) para Angola, serão agora submetidas a um processo de consultas públicas com o objectivo de recolher comentários e sugestões de todos os sectores e actores implicados na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Angola de forma ampla e participativa.

As sugestões resultantes das consultas públicas serão incorporadas numa segunda proposta que será objecto de apreciação e validação num Seminário Nacional resultando numa ENSAN e PASAN abrangente e consensual para o país.



PREFÁCIO

“REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DA FOME E DA MISÉRIA”

“As dificuldades que o país ainda vive são imensas, mas todos os resultados alcançados neste curto período de paz mostram que Angola pode garantir uma vida digna a todos os cidadãos no futuro, se cada um trabalhar bem e com seriedade no seu respectivo posto. Angola é neste momento, no mundo, um dos países onde a economia mais cresce

Temos de fazer tudo para que esse crescimento seja duradouro e promover de forma sustentável o desenvolvimento. A nossa economia precisa de crescer durante muitos anos mais do que cresce a nossa população. Assim, produziremos mais riqueza para distribuir e poderemos combater a pobreza de modo mais eficaz, garantindo a melhoria das condições sociais dos cidadãos. O Governo está a fazer a sua parte: a inflação foi mantida sob controlo e a gestão das finanças públicas está melhor articulada com a gestão da moeda e das reservas internacionais líquidas do país.

Os recursos mobilizados para a área social, nestes últimos dois anos, privilegiaram a continuação da reintegração social e produtiva dos desmobilizados e das pessoas deslocadas durante a guerra; priorizaram o melhoramento da prestação dos serviços sociais básicos, a promoção da harmonia social e a redução significativa da fome e da miséria.

Acredito, por essa razão que estamos no bom caminho, mas ainda é imenso o que está por fazer, sobretudo na periferia das cidades e nas zonas rurais. O Governo deverá prestar mais atenção às famílias que vivem nessas áreas. Sabemos que os camponeses estão a trabalhar cada vez mais. Os trabalhadores nas fábricas e nas obras estão a cumprir cada vez melhor a sua missão.

O Povo angolano tem sabido assumir com maturidade e espírito solidário as suas responsabilidades históricas. Saúdo esta atitude patriótica e o seu senso crítico sobre a nossa realidade, que permite apontar os erros aos governantes para que estes escolham os caminhos mais certos. O Governo vai continuar a prestar maior atenção às empresas e para o melhor desempenho económico das mesmas vai trabalhar no sentido de assegurar, entre outros, o direito de propriedade; o respeito aos contratos; o direito dos consumidores; a defesa da concorrência e a regulação dos serviços públicos cedidos a operadores privados.



Por outro lado, na perspectiva do fortalecimento do empresariado nacional, vai continuar a promover uma política de crédito com condições adequadas de prazos, custos e garantias. Finalmente dedicará maior atenção à qualificação da mão-de-obra nacional, através da disseminação em todo o território nacional de centros de formação e de aperfeiçoamento técnico e profissional, que habilitem a nossa juventude para o exercício de uma ocupação produtiva.....”.

Sua Excelência Presidente da República de Angola

Eng.º José Eduardo dos Santos

27 de Dezembro de 2007
(Mensagem de Ano Novo)



ÍNDICE	5
1. INTRODUÇÃO	13
2. CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	15
3. CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA	17
3.1 Geografia	17
3.2 Demografia	19
3.3 Regiões Agro-ecológicas	20
3.4 Sector da Agricultura, Pecuária E Desenvolvimento Rural	20
3.5 Sector das Pescas	21
3.6 Economia e sociedade	22
3.6.1 Educação	25
3.6.2 Saúde	25
3.6.3 Infra-estruturas e comércio	27
4. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA	28
4.1 Antecedentes	28
4.2 Situação da pobreza	29
4.3 Situação da disponibilidade de alimentos	30
4.3.1 Produção agrícola	30
4.3.2 Produção pecuária	31
4.3.3 Produção pesqueira	33
4.3.4 Importações	34
4.3.5 Ajuda alimentar	34
4.4 Perfil do consumo alimentar e análise nutricional	35
4.4.1 Consumo alimentar	35
4.4.2 Análise nutricional	36
4.5 Análise da Insegurança alimentar e vulnerabilidade em Angola	37
4.5.1 Principais causas da insegurança alimentar	37
4.5.1.1 Causas directas	37
4.5.1.2 Causas indirectas	38
4.5.2 Vulnerabilidade	39
5. POLÍTICAS E PROGRAMAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	40
6. SEGURANÇA ALIMENTAR E OS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	46
6.1 Implementação dos ODM em Angola	46



7. LINHAS DE ORIENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAN	47
7.1 Visão Estratégica da ENSAN	47
7.2 Objectivo geral	48
7.2.1 Objectivos específicos	48
7.3 Eixos estratégicos e intervenções prioritárias	49
8. PLANO DE ACÇÃO	52
ANEXOS	53



SIGLAS E ABREVIATURAS

CET – Cursos de Especialização Tecnológica

CMA – Cimeira Mundial da Alimentação

CONSAN – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ECP – Estratégia de Combate a Pobreza

ENSAN – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

FAO – Food Agriculture and Organization

GSA – Gabinete de segurança Alimentar

HACCP – Pontos Críticos de Higiene Alimentar

INE – Instituto Nacional de Estatística de Angola

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

MINADER – Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

MICS – Multiple Indicator Cluster Survey – Inquérito de Indicadores Múltiplos

MINSÁ – Ministério da Saúde

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

ODMs – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONU – Organização das Nações Unidas

PASAN – Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional

PAM – Programa Alimentar Mundial

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEDLP – Programa Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo

PEDR – Programa Estratégico de Desenvolvimento Rural

PEC – Programa de Educação Comunitária

PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Infantil Comunitário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNDS – Plano nacional de Desenvolvimento Sanitário



RDC – República Democrática do Congo

RNSAN – Rede Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SADC – Desenvolvimento da África Austral

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VIH/SIDA – Human Imune Deficiency Virus/Síndrome Imuno Deficiência Adquirida



RESUMO EXECUTIVO

No quadro da formulação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) para os próximos 5 anos de vigência, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER) solicitou o apoio da FAO para a elaboração da referida estratégia e do seu Plano de Acção (PASAN). A ENSAN (2009-2013) vai contribuir para o reforço das políticas públicas e das acções no âmbito da segurança alimentar e nutricional e para a diminuição da vulnerabilidade e insegurança alimentar em Angola.

Os objectivos específicos fixados pela ENSAN para o período 2009-2013 são:

- 1) Aumentar e diversificar a produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as condições de vida no meio rural;
- 2) Garantir a disponibilidade e estabilidade da oferta de produtos alimentares, restaurando o mercado interno com vista a interligação entre as zonas com excedentes e as de maior procura e poder de consumo;
- 3) Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de protecção social para os grupos mais desfavorecidos;
- 4) Diminuir os níveis de desnutrição da população através da melhoria das condições de saúde, educação e saneamento básico;
- 5) Criar e implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido e sistemas de monitorização da SAN;
- 6) Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública e do consumidor.

Os objectivos específicos, estão interligados com os eixos de intervenção, para onde serão canalizados os investimentos e as atenções em matéria de segurança alimentar e nutricional designadamente:

- i) Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agro-pecuária e pesqueira;
- ii) Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva dos camponeses e pequenos produtores, incluindo apicultores, aquicultores e da pesca continental;



- iii) Apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional comunitária, prestar assistência às crianças em idade escolar e a grupos vulneráveis;
- iv) Fomentar a investigação científica aplicada e assegurar a saúde e o saneamento ambiental.

No domínio do Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agro-pecuária e pesqueira, a ENSAN propõe contribuir para a melhoria da produtividade dos sectores agrícola, pecuário e pesqueiro, numa perspectiva de desenvolvimento durável e de segurança alimentar e nutricional, visando responder, em quantidade, diversidade e qualidade, as necessidades crescentes da população. Este eixo está estreitamente relacionado com a dimensão da SAN (Disponibilidade), estabelecendo como objectivo específico 1) Aumento e diversificação da produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as condições de vida no meio rural.

Relativamente ao Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva dos camponeses e pequenos produtores, incluindo apicultores, aquicultores e da pesca continental, a ENSAN contribuirá para a integração e fluidez da capacidade produtiva. Para tal torna-se necessário implicar convenientemente os pequenos produtores de uma maneira geral, para maior e melhor desempenho das suas actividades produtivas. Pelo seu carácter estratégico, este eixo está relacionado também com a dimensão (Disponibilidade), fixando como objectivos específicos: 1) Aumentar e diversificar a produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as condições de vida no meio rural.

Para apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional comunitária e prestar assistência às crianças em idade escolar e a grupos vulneráveis, a ENSAN aprofundará e alargará as acções de combate a insegurança alimentar e a vulnerabilidade, implementará acções que garantam meios de vida sustentável as populações, com vista a melhoria do estado nutricional e a protecção da saúde pública. Este eixo está directamente relacionado com as dimensões de SAN (acesso, estabilidade, consumo e utilização dos alimentos). Os objectivos específicos preconizados para este eixo são: 2) Garantir a disponibilidade e estabilidade da oferta de produtos alimentares, restaurando o mercado interno com vista à interligação entre as zonas com excedentes e as de maior procura e poder de compra; 3) Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de protecção social para os grupos vulneráveis; 4) Diminuir os níveis de desnutrição da população através da melhoria das condições de saúde, educação e saneamento básico;



De forma a Fomentar a investigação científica aplicada e assegurar a saúde e o saneamento ambiental, a ENSAN propõe-se a contribuir para a promoção da segurança, da qualidade e inocuidade dos alimentos e da água potável e da dieta alimentar, garantindo as populações qualidade de vida. Por outro lado, atenção especial deverá ser dada na capacitação técnica e institucional de todos os intervenientes no processo de gestão de segurança alimentar e nutricional. Este eixo está relacionado com a dimensão (Estabilidade) e os objectivos a atingir visam: 5) Implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido e sistemas de monitorização da SAN; 6) Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública e do consumidor.

A ENSAN, é uma estratégia intersectorial que elege como elementos chaves a coordenação das acções, o estabelecimento de sinergias e a mobilização de recursos, que por sua vez requerem um diálogo sistemático e permanente de reforço da articulação, de identificação e estabelecimento de convergências entre os vários intervenientes e entre as diferentes políticas e actividades no âmbito da insegurança alimentar e vulnerabilidade em Angola.

Considerando a intersectorialidade e a pluridisciplinaridade da ENSAN, optou-se por uma estrutura de coordenação para a implementação e execução do Plano de Acção, que promovesse a integração das acções dos diferentes actores envolvidos, assente em dois órgãos:

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), que é o órgão máximo, de natureza consultiva, em matéria de segurança alimentar, e instância de concertação e negociação política, ao qual competirá, no âmbito da implementação do ENSAN, apreciar o Plano de Acção Anual, mobilizar financiamento, acompanhar os progressos realizados, assim como, o funcionamento da rede de RNSAN;
2. A Rede de SAN (RNSAN), que funcionará como uma estrutura de concertação e articulação da execução do PASAN nos níveis comunal, municipal e nacional, com vista a assessorar o CONSAN no processo de planeamento, execução, seguimento e avaliação do Plano de Acção, e contribuir para a melhoria da eficiência e eficácia do mesmo junto das populações alvo, através da coordenação, articulação, seguimento e avaliação das actividades nos diferentes níveis de execução.

Os eixos de “Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agropecuária e pesqueira” e do “Apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional e prestar assistência às crianças em idade escolar e a grupos vulneráveis” são os que concentram a maior parte do financiamento de investimento, com 85,6% e 6,6%, respectivamente.



O Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional, 2009-2013 tem um custo estimado de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Kz, aproximadamente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX dólares, equivalente a um custo médio anual de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (cerca de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX USD). Por eixos os custos de investimento estão distribuídos como a seguir se indica:

Quadro nº 1 – Estimativas de custos por eixos do PASAN (2009-2013)



1. INTRODUÇÃO

A satisfação de necessidades alimentares básicas das sociedades humanas tem como principal finalidade a melhoria dos níveis de nutrição e saúde das populações. Por isso, a segurança alimentar é hoje, cada vez mais, uma preocupação central na definição das políticas de desenvolvimento, com grande destaque para o sector agrícola e consumo alimentar.

Depois de alcançada a paz, o Governo de Angola tem vindo a executar um conjunto de políticas tendentes a garantir a dinamização do processo de reconstrução e revitalização da economia nacional, o combate à fome, à pobreza e a consolidação da unidade e reconciliação nacional.

A “Declaração de Roma” resultante da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA), realizada em Roma em Novembro de 1996, da qual Angola é signatária, subscrita por Chefes de Estado e de Governo, reafirma “o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito à alimentação adequada e com o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome”, fixou o objectivo de reduzir para metade o número de pessoas desnutridas até ao ano 2015. No “Plano de Acção” resultante desta Cimeira, os países foram incentivados a elaborar políticas, programas e acções com vista à melhorar os níveis de segurança alimentar em cada contexto nacional. O Objectivo da Cimeira de 1996 foi posteriormente incorporado nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) aprovados na Cimeira do Milénio, realizada pelas Nações Unidas no ano 2000.

No plano regional, a Nova Parceira para o Desenvolvimento de África (NEPAD) definiu o cumprimento dos ODMs como uma prioridade para o continente com vista a redução da pobreza e da desigualdade e a promoção do crescimento e desenvolvimento económico em África. Na agenda da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) o combate à pobreza, uma das principais causas da insegurança alimentar, é visto como uma estratégia primordial para promover o desenvolvimento.

No plano nacional, a Estratégia de Combate a pobreza (ECP), surge como resposta do Governo ao problema da pobreza, pretendendo-se ao longo desta década, reduzir substancialmente a incidência da pobreza, fixando como meta, em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com o programa do NEPAD e os objectivos da SADC, uma redução em 50 por cento da proporção da população vivendo com menos de um dólar/dia até 2015. O elevado potencial agrícola e o fomento da produção interna constituem premissas específicas do programa do governo com grande incidência para a segurança alimentar e para a revitalização do meio rural, visando satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural, como uma das áreas vitais para o desenvolvimento sustentável de Angola.



Manifestada uma clara vontade e empenho político para melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional do país e cumprindo com os compromissos assumidos no âmbito internacional e regional, reforçada por Sua Excelência o Presidente da República de Angola, Eng.º José Eduardo dos Santos, aquando da visita do Sr. Jacques Diouf, Director Geral da FAO em 2007, em alcançar a segurança alimentar e nutricional em Angola tem sido um desafio que implica o envolvimento coordenado dos vários sectores do Governo em conjunto com a sociedade civil.

O relatório da FAO de 2003, apontava para 1.900 a disponibilidade de kilocalorias per capita/dia em Angola, valor inferior inclusive para a Africa Subsahariana (2.170 kcal per/dia). Esses dados mostram a necessidade de se aumentar rapidamente a disponibilidade de alimentos para o povo angolano.

Para garantir que toda a população tenha acesso físico e económico aos alimentos de forma permanente é de importância fundamental a adopção de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), como um dos instrumentos chave para a prossecução dos objectivos e compromissos assumidos na Cimeira Mundial da Alimentação de 1996 e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), podendo vir a tornar-se um marco referencial para que as intervenções dos sectores público-privado e da sociedade civil em geral, estejam orientadas no sentido de se alcançar o objectivo comum de erradicação da fome e da redução significativa da pobreza em Angola.

A execução desta estratégia contribuirá também para o cumprimento dos objectivos propostos na Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) e tem enquadramento no Programa Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (PEDLP-2025) e no seu Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo 2009-2013 bem como nas várias políticas sectoriais.

O objectivo geral prosseguido é de «assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas». Este objectivo integra as dimensões que correspondem as determinantes da segurança alimentar, a saber:

- _ a disponibilidade de alimentos de boa qualidade sanitária e nutricional;
- _ a sua acessibilidade para as populações, incluindo os mais vulneráveis;
- _ a estabilidade do aprovisionamento no espaço e no tempo;
- _ a utilização e consumo óptimo dos alimentos pelos indivíduos.



2. CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A estratégia definida considera a alimentação como um requisito fundamental à vida humana e inalienável de todos os povos e por isso a reconhece como um direito humano fundamental, tal como expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e nos parágrafos 1 e 2 do art. 11º do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 a que Angola aderiu.

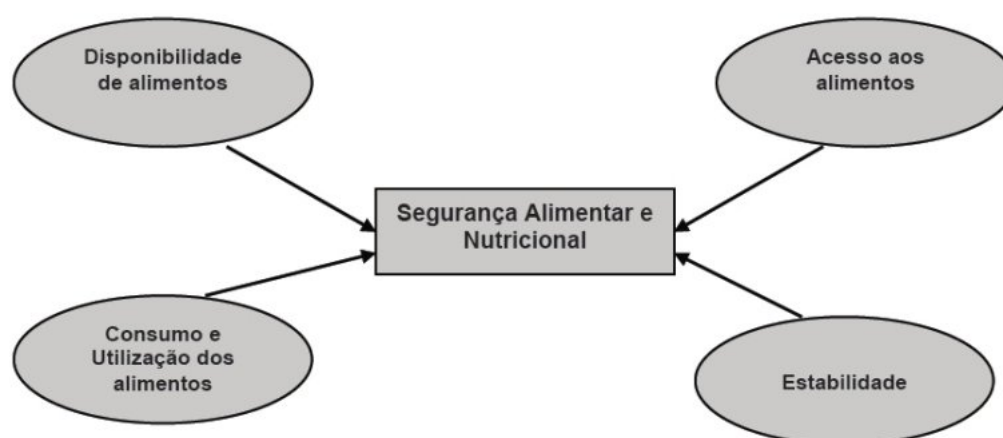
“O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em conjunto, tem acesso físico e económico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção.” - Comentário Geral Nº 12 do Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU, 1999.

A definição de segurança alimentar adoptada na ENSAN é aquela aprovada na Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) realizada em Roma em Novembro de 1996 segundo a qual:

“Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável”.

De acordo com esta concepção existem várias dimensões que precisam de estar presentes em simultâneo na ENSAN para que se atinja uma situação de segurança alimentar e nutricional em todo o país. A definição dos objectivos, eixos estratégicos, prioridades e acções a implementar estarão de acordo com as seguintes dimensões:

Figura 1 – Dimensões fundamentais da Segurança Alimentar e Nutricional





Disponibilidade de alimentos: Alcançada quando a produção interna dos sectores de agricultura, pecuária, pescas, a importação e o aprovisionamento dos alimentos, asseguram em quantidade e qualidade sanitária, nutricional e biológica, o normal e regular abastecimento dos mercados.

Acesso aos alimentos: Refere-se à capacidade dos indivíduos para adquirir alimentos apropriados a uma dieta nutritiva por meio de recursos adequados. O acesso aos alimentos pode ser de ordem física – quando os cidadãos têm pleno acesso aos meios produtivos: terra, água, sementes, fertilizantes, assim como o bom funcionamento dos mercados e boas vias de comunicação, permitindo que os alimentos produzidos internamente ou importados cheguem, de forma ágil e regular, ao consumidor; ou de ordem económica – quando as famílias têm recursos económicos suficientes para cobrirem as suas necessidades alimentares básicas, sem prejuízo da satisfação de outras necessidades primárias, como sejam a habitação, a saúde, a educação e a informação. A dimensão do acesso está muito relacionada com as fontes de rendimentos, que, por sua vez, estão intimamente ligadas ao acesso à educação e formação, ao emprego e auto-emprego, ao acesso ao crédito e dinamização diversificada de actividades geradoras de rendimentos.

Consumo e utilização dos alimentos: Refere-se a ingestão e utilização dos alimentos em quantidade e qualidade, de forma a cobrir as necessidades energéticas, micro-nutrientes (vitaminas e sais minerais) e de macro-nutrientes (hidratos de carbono, proteínas e lípidos) para se atingir um estado de bem-estar nutricional com base numa absorção correcta dos nutrientes necessários para uma vida activa e saudável. Esta dimensão insere-se no âmbito da necessidade de se garantir a distribuição dos alimentos com equidade dentro dos agregados familiares (questão etária e de género), assegurar a inocuidade dos alimentos, o respeito pelas preferências alimentares (factores culturais), a qualidade da água, o saneamento básico, a higiene e estado de saúde das populações, assim como à informação e educação nutricional, para uma correcta dieta alimentar.

Estabilidade: Refere-se ao acesso permanente a uma alimentação adequada. Normalmente existem períodos de insegurança alimentar de carácter transitório ou cíclico associados a determinados momentos das campanhas agrícolas ou empregos sazonais para os quais se torna necessária a existência de mecanismos que garantam a disponibilidade e o acesso aos alimentos durante esses períodos (diversificação das actividades económicas, diversificação da produção agrícola e existência de silos ou armazéns).



3. CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA

3.1 Geografia

Angola é um país localizado na África Austral, delimitado pelo oceano Atlântico entre a República da Namíbia, a República Democrática do Congo (RDC) e a República da Zâmbia. A sua superfície total é de 1.246.700 km² e tem cerca de 1650 km de costa marítima, com uma plataforma continental (até 200 m de profundidade). A área costeira é caracterizada por um regime tropical típico na parte Norte e por um regime mais temperado/moderado na parte Sul, onde a corrente fria de Benguela se encontra com a corrente quente de Angola. O país tem 18 Províncias e 164 municípios.

Conhecida como um dos países de maiores potencialidades económicas da África Sub-sahariana com recursos naturais agrícolas, florestais, hídricos e minerais que se estendem por todo o seu território e orla marítima. É dos mais extensos países da África ao Sul do Sahara, com uma paisagem que alterna o deserto com a floresta virgem tropical. A superfície arável é estimada em trinta e cinco milhões de hectares e os solos mais férteis encontram-se junto aos rios, onde se concentram os aluviões que, em geral, são ricos em elementos minerais e compostos orgânicos. As áreas de pasto, extensas, para a produção pecuária, situam-se no planalto sudoeste. Enormes extensões de florestas tropicais situam-se em Cabinda, Uíge, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Moxico e Kuando Kubango, com espécies tropicais raras (ébano, sândalo e pau-rosa). Existem também plantações de eucalipto e pinheiro, desenvolvidas num triângulo nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla. Estes diversos recursos minerais (quartzo, mármore, granito, rochas ornamentais, cobre, chumbo, estanho, ferro, manganês, ouro, urânio, etc.), embora não totalmente avaliados, incluem diamantes e hidrocarbonetos (petróleo), e constituem sectores para a consolidação da economia e o desenvolvimento do País (Angola, 2001).



Figura 2 – Mapa das Províncias de Angola



Fonte: MINPLAN, 2000

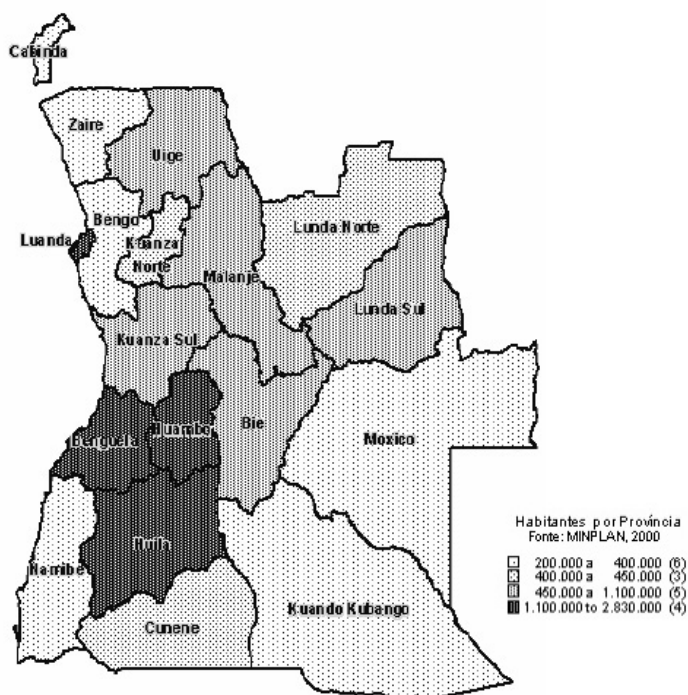
Em Angola as fontes de água são abundantes e país conta com seis bacias hidrográficas importantes: i) Bacia de Rio Okavango é quase completamente alimentada a partir de fontes de água em Angola, ii) Bacia do rio Zambeze que atravessa o país na província do Moxico é um dos maiores cursos de água na região da SADC, partilhado por 8 países; iii) Bacia do rio Kubango, considerada a segunda maior bacia de Angola. iv) Bacia do Rio Kwanza, v) Bacia do Rio Kunene e vi) Bacia do Rio Zaire. Apesar do seu enorme potencial económico para a geração de electricidade ou para o desenvolvimento agrícola, a pesca é a única actividade que se realiza no rio dentro das fronteiras de Angola.



3.2 Demografia

A população do país não é conhecida na realidade, sendo usual utilizarem-se valores resultantes da extrapolação a partir do censo de 1970, corrigidos para algumas províncias a partir de alguns recenseamentos efectuados nas zonas urbanas e periurbanas e por dados recolhidos pelos governos provinciais. A projecção do INE de 1994 apontava para a existência de cerca de 16 milhões de habitantes até 2007 e uma taxa de crescimento de 3.1% por ano. A pirâmide populacional revela um perfil demográfico duma população jovem, sendo constituída 85% por pessoas menores de 40. Quase 60% da população tem menos de 18 anos de idade o que demonstra uma alta dependência actual sobre a população economicamente activa (15 a 59 anos) mas, um aumento de mão-de-obra disponível no curto prazo.

Figura 3 – Distribuição populacional



Fonte: MINPLAN, 2000



De acordo com o PEDR (2004), os valores atribuídos à população rural são aleatórios, particularmente das áreas que estiveram durante muito tempo sob a acção do conflito armado e que registavam maior número de deslocados. Contudo, no PEDR estimou-se que a população rural corresponderia a cerca de 53,9%.

3.3 Regiões Agro-ecológicas

Angola possui três regiões agro-ecológicas principais que estão estreitamente relacionadas a altitude:

Norte: Caracterizado por um clima tropical húmido com quedas pluviométricas superiores a 1.500 mm. A mandioca é o produto principal e cobre cerca de 75% da área plantada, sendo o resto coberto por uma mistura de plantações de milho, amendoim e batata-doce.

Planalto Central: Caracterizado por um clima tropical temperado, com altitudes entre 1.000 e 2.500 m. Este planalto tem precipitações entre 1.250 a 1.500 mm/ano e uma temperatura média entre 18-20 Co. O milho é a principal cultura, produzido tradicionalmente em consociação com outras culturas tais como o feijão, a massambala ou massango, o amendoim e a batata -doce.

Sul: Caracterizado por um clima seco, variando entre tropical desértico (Namibe) ao tropical seco (Cunene) com baixas quedas pluviométricas (200 mm/ano em média) e uma temperatura média anual de 20-22 C. Aqui predomina o milho e a pecuária, movendo-se para áreas em que o milho é substituído pela mandioca, massambala, massango e feijão macunde, enquanto sistemas pastoris dominam na província do Cunene.

3.4 Sector da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

A agricultura em Angola é predominantemente uma actividade de trabalho familiar para milhões de pequenos agricultores em regime de auto subsistência que plantam uma média de 1,4 ha por família em duas ou mais parcelas de terra; a área plantada aumenta ligeiramente todos os anos. A produção agrícola baseia-se numa época principal de plantio de sequeiro de Setembro a Dezembro. Esta época responde por cerca de 95 por cento da produção total de cereais e leguminosas, que são também as principais culturas alimentares: cereais (milho, massambala, massango e arroz), leguminosas (feijão e amendoim), raízes e tubérculos (mandioca, batata-doce, inhame e batata comum).



A época das “nacas” ocorre em baixios húmidos e é realizada de Maio a Agosto. Esta época fornece cerca de 5 por cento da produção de cereais e legumes. A produção de verduras e batata-doce é também muito importante nestas áreas. As verduras mais importantes são o repolho, o tomate, a alface, a cebola, o pimento, a cenoura e a abóbora. Na maioria das áreas rurais, a agricultura é a principal fonte de sustento, excepto no sul, onde predomina a pecuária. (Relatório FAO/PAM, 2004 e GSA/Mlnader, 2005/2006).

A maioria dos agricultores pratica a agricultura tradicional usando instrumentos manuais para a preparação da terra e a capinação, plantando sementes locais deixadas da colheita anterior. Nas províncias centrais do Huambo, Bié, a área costeira de Benguela e no sul, na província da Huíla, muitos agricultores usam a força animal. Alguns deles usam tractores para a preparação da terra e a sacha; alguns usam fertilizantes e variedades melhoradas de sementes. O cultivo alternado é a prática agrícola habitual, com o milho, feijão, amendoim e mandioca intercalando no mesmo campo e o padrão mais usado é o sistema extensivo. As hortícolas são plantadas principalmente nas áreas baixas – nacas (Relatório FAO/PAM, 2004).

Devido às características climáticas, as principais culturas da região Sul são massango e a massambala e cobrem cerca de 80% da área plantada, além do milho em consociação com o feijão, o amendoim ou a batata-doce (GSA/Minader, 2004).

3.5 Sector das Pescas

O Sector das Pescas foi sempre favorecido com consideráveis recursos haliêuticos, a sua exploração foi efectuada tendo em consideração os objectivos da racionalidade e da conservação dos recursos. Por esta razão a exploração tem sido feita permanentemente nos limites da sustentabilidade biológica através da emissão de licenças de pesca. Em 1976 o Governo deu prioridade ao sector pesqueiro industrial.

Com o êxodo dos quadros deste sector e das embarcações, as capturas baixaram significativamente. Os resultados obtidos permitem-nos visualizar uma nova fase através da consolidação do papel do estado em assegurar as condições necessárias para a competição na produção.



A reabilitação da indústria pesqueira iniciou-se em meados dos anos 80, especialmente nas províncias de Namibe e Benguela, com recursos de assistência externa, consistindo fundamentalmente na substituição e reparação de equipamentos inoperantes e na compra de aproximadamente 50 embarcações pesqueiras semi industriais. No intuito de contribuir para o alívio da pobreza e da insegurança alimentar, a partir de 1992 o governo começou a dar mais atenção à pesca artesanal. Como parte da extensão das medidas económicas que foram implementadas, no processo da década de transição para a economia de mercado, 95% das companhias pesqueiras foram privatizadas. Enquanto que nos anos oitenta o sector estatal conseguia capturar 98% do pescado total do país, depois deste processo de transição em 1999 a frota estatal pescara apenas 0,7% do pescado total do país. Em 2000, o sector empregava directamente cerca de 41 mil pessoas nas actividades da pesca marítima e estimava-se que cerca de outras 85 mil estavam empenhadas em actividades relacionadas, contribuindo com aproximadamente 3% do PIB.

3.6 Economia e sociedade

A economia de Angola tem estado prejudicialmente afectada pela guerra civil desde 1975 e os efeitos deste facto são extensivos. Antes da independência a agricultura era um dos sectores mais fortes da economia angolana, dando sustento a 85% da população, hoje é a produção de petróleo e as actividades relacionadas com a sua produção que mantêm a economia do país flutuante.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2006), Angola ocupa a posição 161 no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), num conjunto de 177 países. Além disso, grande parte da população continua a viver abaixo dos limiares de pobreza, a esperança média de vida não ultrapassa os 41 anos, 47% da população vive sem acesso a água potável e 69% vive sem acesso a saneamento básico (PNUD, 2006). De assinalar que o acesso a água potável é um dos principais elementos para se atingir a segurança alimentar, com evidentes reflexos sobre os indicadores de saúde.

Actualmente o desemprego afecta mais de metade da população do país e uma parte significativa dos alimentos consumidos é de importação. Para aproveitar ao máximo as suas vastas riquezas naturais: ouro, diamantes, florestas e grandes depósitos de petróleo, o governo de Angola está a implementar programas/planos de acção, de médio e longo prazo.



O ano de 2005 revelou-se como um ano de referência no comportamento da economia angolana: o produto interno bruto registou um crescimento real superior a 20% (um dos mais elevados à escala internacional), a inflação prosseguiu a sua trajectória descendente, a moeda registou uma apreciável estabilidade e quer as contas públicas quer as contas externas registaram excedentes significativos (Programa do Governo, 2007/2008). Naturalmente que grande parte deste êxito se deve ao comportamento do sector petrolífero, cujo produto registou um crescimento real superior a 25%, mas convirá igualmente reconhecer a dinâmica dos restantes sectores económicos de Angola, cujo crescimento global se estima em cerca de 10%. No Quadro 2 apresentam-se a evolução dos principais indicadores económicos de Angola.

Quadro 2 – Evolução dos principais indicadores macroeconómicos de Angola

Indicadores	Estimativas			Projeções		Projeções
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Inflação (%)	76,6	31,0	18,5	12,2	11,8	10
PIB a preços de mercado (milhões de Kz.)	-	1544,9	2445,3	3289,2	4483,3	5479,7
Taxa de Crescimento real do PIB	5,2	11,3	20,6	18,6	31,2	15,9
Sector Petrolífero (%)	1,0	13,1	26,0	13,1	33,6	13,4
Sector não-petrolífero	7,6	9,1	10,4	11,9	27,9	19,5
Receitas fiscais (% do PIB)	37,5	36,7	40,7	32,0	37,5	36,5
Despesas fiscais (% do PIB)	44,7	42,0	32,2	39,7	40,8	36,1
Crescimento das exportações (%)	14,3	29,1	10,0	24,0	32,7	13,1
Crescimento das importações (%)	45,7	12,5	20,1	12,6	28,6	14,0

Fonte: INE, MINPLAN, MINFIN e BNA (2005,2006,2007)

Sendo a magnitude do crescimento económico o factor mais relevante ao longo de 2005, foi o progresso em termos de redução da inflação. O crescimento dos preços que ainda em meados de 2003 se expressava a três dígitos, registou em 2006, uma variação anual de 12,2 %. (Balanço da Execução do Programa Geral do Governo de 2005/2006). Apresentam-se no Quadro 3 os principais indicadores macroeconómicos registados em 2006.

**Quadro 3 – Agregados da Contabilidade Nacional de 2006**

Sectores económicos	Estrutura sectorial (%)	Valores em 1000 USD
Agricultura, silvicultura, pescas	7,8	32 070 10,9
Petróleo e refinados	57,1	23382668,5
Diamantes e outros	2,3	950666,3
Indústria transformadora	4,9	2014551,9
Energia eléctrica e água	0,1	38456,3
Obras públicas e construção	4,4	1809849,8
Comércio, Bancos, Seguros, Serviços	15,2	6227492,2
Outros	8,1	3307686,1
Produto Interno Bruto	100,0	40938381,9
Produto Interno Bruto não petrolífero	42,9	17555713,4
População	-	15 740 064,0
PIB por habitante (dólares)	-	2 565,6

Fonte: Ministério do Planeamento

Como se observa a partir dos quadros acima, o crescimento do PIB e a expressiva participação do sector petrolífero ensejam a possibilidade de utilização de parte dessa prosperidade para o lançamento de uma política social mais agressiva contemplando investimentos pesados em saúde, saneamento e educação com impactos directos sobre a segurança alimentar. Observa-se ainda que o governo projectava para 2006 receitas tributárias na ordem de 1,6 triliões de Kwanzas (equivalentes a USD 20 biliões) com um superavit nas contas públicas da ordem de 581,2 milhões de Kwanzas. Esses dados demonstram o potencial do governo para a realização desse investimento social num período de crescimento com indicadores macroeconómicos favoráveis.



A CEPAL – Comissão Económica para a América Latina, analisando o desempenho das economias daquela região, concluiu que os países poderiam investir um mínimo de 10% do seu orçamento em políticas sociais. Evidentemente essas proporções dependem das condições internas e das possibilidades de arrecadação.

Para o caso de Angola observa-se que a participação do Estado na economia é bastante elevada (em torno de 50% do PIB) e o nível de arrecadação proporcionado pelo petróleo permitiria um crescimento das despesas sociais, ainda que houvessem necessidades infraestruturais imediatas a serem satisfeitas. Países como o Brasil, que possuem uma participação do estado na economia na ordem de 35%, gastam o equivalente a 30% do seu orçamento em políticas sociais, incluindo as transferências aos aposentados.

3.6.1 Educação

Segundo estimativas do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Ministério da Educação de (2009/2013) regista-se uma evolução satisfatória nas campanhas de alfabetização com uma taxa média de crescimento anual de 6.4 %, sendo 390 mil alfabetizados em 2007, uma redução da taxa de analfabetismo de 27 % em 2006 para 25 % em 2007. As mulheres representam 51 % do total nas campanhas de alfabetização.

A classe de iniciação contou com uma população escolar de 842. 361 alunos em 2006. Regista-se uma taxa média de crescimento de 11.3% durante o período de 2004/2007. Mantendo-se constante a taxa média de crescimento, o número de alunos poderá atingir os 938 mil alunos em 2007. Tem-se vindo a notar uma melhoria por parte das mulheres. Por isso o índice de paridade passou de 0.88% em 2004 para 1.07 % em 2006, com a previsão de atingir 1.19 % em 2007. A taxa de aprovação representa 57.6% e a soma das taxas de abandono e reprovação atinge os 42%.

3.6.2 Saúde

Relativamente à Saúde, como consequência do conflito armado, cerca de 4 milhões de pessoas das áreas rurais foram deslocadas para os centros urbanos, desencadeando uma emergência humanitária nutricional de magnitude nacional que precisou de ajuda alimentar externa para a sua contenção. A má nutrição e principalmente das mulheres e crianças resultou de uma complexa interacção de factores entre os quais se destacam o inadequado consumo de alimentos e a contracção de doenças infecciosas como a malária, parasitoses intestinais e tuberculose.



A desnutrição crónica afectava cerca de 45% de crianças menores de 5 anos, enquanto que a desnutrição aguda atingia 9% (MICS, 1999). Segundo a Estratégia de Combate a Pobreza (ECP), estimava-se que apenas 25% dos agregados familiares urbanos conseguiam satisfazer as suas necessidades calóricas e nutricionais recomendadas. Os défices carenciais mais específicos são de ferro, vitamina A, iodo e as vitaminas do complexo B, nomeadamente ácido fólico e niacina.

Sendo Angola um país em fase de transição e a caminhar para o desenvolvimento, tem estado a enfrentar os graves problemas de nutrição desequilibrada, tendo como consequência, doenças como diabetes, obesidade, hipertensão arterial, doenças cardíacas e cancerígenas entre outras. Aliado a essa situação está também o excessivo consumo de álcool e tabaco principalmente na camada jovem da população.

Segundo a FAO, em 1995 Angola apresentava um total de 5,4 milhões de pessoas subnutridas. Em estimativa de 2001-2003, Angola reduziu o número de subnutridos para 5,0 milhões de pessoas, demonstrando que vem se esforçando para atingir os objectivos do milénio. Em termos de percentagem as cifras demonstram uma redução de 49% para 38% no mesmo período. Entretanto, podemos assinalar que essas reduções não estão a acontecer nos ritmos desejáveis para se atingir no ano de 2.015 a cifra de 2,7 milhões de subnutridos ou 25,5% da população angolana.

A taxa de mortalidade infantil (menor de 1 ano) estima-se em 150 mortes por 1.000 nados vivos. A taxa de mortalidade em menores de 5 anos é a terceira mais elevada do mundo e estima-se em 250 mortos por 1.000 nados vivos (UNICEF, 2007). A taxa de mortalidade materna é também elevada, estimando-se em 1.500 mortes por 100 mil nados vivos. Convém destacar que esses indicadores se referem ao período pós-guerra e não se justificam num país em tempos de paz com elevado crescimento económico.

A magnitude da infecção pelo VIH/SIDA não é ainda bem conhecida, mas os resultados dos últimos inquéritos de seroprevalência indicam taxas de prevalência abaixo de 5%. No entanto algumas áreas do país e grupos específicos da população apresentam taxas mais elevadas que rondam 12%. (Relatório do Instituto Nacional de Luta nacional contra o SIDA, 2006)



3.6.3 Infra-estruturas e Comércio

É defensável que o desenvolvimento e o funcionamento de forma eficaz e eficiente do sector do comércio se baseia na inter relação com os demais sectores da economia, levando por arrastamento o desenvolvimento destes sectores, como é o caso da agricultura que estimula o desenvolvimento da produção e da produtividade com o aumento de estabelecimentos comerciais bem como a oferta de produtos. A comercialização e a troca de produtos tanto no campo como na cidade, assegura o abastecimento de bens de serviço à população.

Neste âmbito, o objectivo global do Ministério do Comércio é o de:

Promover e manter infra estruturas logísticas, de circuitos comerciais, numa rede de distribuição que, possibilitando a realização de excedentes de produção e o abastecimento de todo o território em imputes produtivos e de bens de consumo essenciais, contribua activamente para a eliminação da fome e da pobreza, bem como para o desenvolvimento harmonioso do território e a valorização da posição geo-estratégica de Angola.

Um diagnóstico preliminar do sector aponta para a falta de política de comercialização para produtos agrícolas, devido por um lado aos estrangulamentos na circulação mercantil pelo território nacional e por outro, a falta de um sistema de regulação de preços. Esses constrangimentos acabam por desencorajar a participação dos produtores no mercado, afectando os consumidores que têm que conviver com preços elevados e estruturas oligopolizadas de oferta.



4. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ANGOLA

4.1- Antecedentes

A caracterização da problemática da SAN em Angola pode ser dividida em dois períodos:

O primeiro é o Período pré-independência, até 1974. Neste período o país era auto-suficiente na produção dos alimentos básicos, nomeadamente raízes e tubérculos, leguminosas e cereais, chegando a ser exportador de alguns desses produtos (Dilolwa, C. R., 1978). A rede comercial era servida por 30.207 estabelecimentos comerciais licenciados, maioritariamente distribuídos pelas grandes cidades, vilas e postos administrativos, onde procediam as transacções a grosso e a retalho.

A indústria pesqueira angolana era a maior indústria do país. A princípio dos anos 70 havia aproximadamente 700 barcos pesqueiros e o nível de capturas era superior a 300.000 toneladas/ano.

As capturas totais em território angolano, incluindo as capturas efectuadas por embarcações estrangeiras, estimavam em 1.000.000 de ton/ano.

A pesca marítima efectuava-se ao longo de toda a costa angolana, de Cabinda até a foz do rio Cunene. Existiam, no entanto, quatro importantes centros de pescas: Moçâmedes (Porto Alexandre), Benguela (Baía Farta), Luanda (Cacuaco) e Porto Amboim (Ngunza). Embora sem grande expressão, essencialmente destinada ao auto-consumo, também se fazia pesca nas águas interiores, em moldes artesanais.

O sistema nacional de saúde neste período, foi caracterizada por uma oferta de serviços de saúde acessível a uma minoria privilegiada, orientada na resolução dos seus problemas da saúde. No sector da Educação e Instrução, a taxa de analfabetismo neste período era de 85 % da população.

O segundo é o Período pós-independência no qual a agricultura foi afectada ciclicamente por conflitos armados que incidiram essencialmente no meio rural, resultando na fuga massiva da sua população, dos extensionistas rurais e dos colonos que detinham a rede de comercialização e drenagem da produção agrícola. Devido a destruição das infra-estruturas de apoio à produção, as estradas tornaram-se intransitáveis na maior parte do país. Entretanto a existência de minas, com a agravante degradação das vias de acesso em algumas regiões drasticamente afectadas pela guerra, dificultavam a implementação e a concretização de programas agrícolas, de que dependia a subsistência de grande parte das famílias rurais em Angola.



Neste período o sector comercial esteve dividido em duas etapas: a primeira que se estendeu até 1984, caracterizando-se pela organização administrativa e empresarial do comércio e monopolização pelo governo, do sistema de aprovisionamento, distribuição e de comercialização de bens e serviços e a segunda (1985 a 1995) que foi caracterizada pela liberalização gradual da actividade comercial e da prestação de serviços mercantis e suportada pela criação de bases gerais e jurídico-legais sobre reformas do comércio em Angola.

O sector pesqueiro foi sempre favorecido com consideráveis recursos haliêuticos, a sua exploração foi efectuada tendo em consideração os objectivos da racionalidade e da conservação dos recursos. Por esta razão a exploração tem sido feita permanentemente nos limites da sustentabilidade biológica através da emissão de licenças de pesca.

Neste período foi estabelecido através do serviço nacional de saúde, o princípio da universalidade e gratuidade dos cuidados de saúde, exclusivamente prestado pelo estado, assente na estratégia de cuidados primários de saúde. Este período foi também caracterizado pela escassez de recursos humanos em saúde, compensada pela cooperação e alargamento da rede sanitária na primeira década da independência.

O baixo rendimento das famílias surge como uma das razões pelas quais muitas crianças abandonam a escola e reprovam de classe, sendo que a fome e a doença surgem como factores dessa insuficiência, razão pela qual, o Governo não poderia deixar de equacionar a possibilidade de uma estratégia que visasse a execução de um programa de merenda. Desde Setembro de 1997, o Ministério da Educação tem vindo a implementar com sucesso à escala nacional a nova Estratégia Nacional de Alfabetização.

4.2 Situação da Pobreza

De acordo com o diagnóstico realizado no âmbito da elaboração da ECP, os seguintes factores podem ser identificados, de forma sintética, como estando na origem da pobreza em Angola:

- (i) O conflito armado que, durante quase três décadas, provocou o deslocamento de populações do meio rural para as áreas urbanas e periurbanas (deslocados), por um lado, e a saída maciça de cidadãos angolanos para os países limítrofes (refugiados), a destruição de sistemas tradicionais de actividade económica e de solidariedade social, a destruição das infra-estruturas sociais e das vias de comunicação e a carência de produtos básicos e outros bens essenciais, dando origem a situações humanitárias dramáticas;



- (ii) A forte pressão demográfica, associada à elevada taxa de natalidade, elevada taxa de dependência nos agregados familiares (com mais de metade da população com idade inferior a 18 anos);
- (iii) A destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais, consequência directa da guerra, mas também consequência imediata da deficiente manutenção e conservação e dos desajustamentos do sistema de programação e gestão do investimento público;
- (iv) O funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e protecção social em consequência da insuficiência de meios técnicos e humanos, dificultando o acesso dos grupos mais vulneráveis a estes sistemas;
- (v) A quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, em particular de bens essenciais,
- (vi) A debilidade do quadro institucional, explicada pela baixa qualificação média dos quadros e técnicos e pela reduzida produtividade;
- (vii) A desqualificação e desvalorização do capital humano, decorrente da destruição e desgaste dos sistemas de educação e formação, da precariedade do estado sanitário, dos baixos salários e da extensão do desemprego e sub emprego;
- (viii) A ineficácia das políticas macro económicas na correcção dos fortes desequilíbrios macroeconómicos que se verificaram ao longo da década de 90.

De acordo com os resultados do inquérito às receitas e despesas das famílias, realizado no ano de 2000/2001, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), cerca de 68% da população vivia em situação de pobreza (menos de 2 USD/dia), dos quais 26% em situação de extrema pobreza vivendo com menos de 1 USD/dia.



4.3 Situação da disponibilidade de alimentos

4.3.1 Produção agrícola

A produção agrícola de alimentos de primeira necessidade, tem vindo a conhecer melhorias progressivas tendo em conta o investimento realizado pelo governo e parceiros, resultando na melhoria da disponibilidade e acesso das populações aos alimentos e a consequente melhoria da situação nutricional. No entanto, apesar deste esforço, devido às calamidades naturais a produção nacional de cereais referente ao ano agrícola 2005/2006, conheceu um decréscimo na ordem de 23.5% em relação a campanha anterior (2004/2005), sendo necessário recorrer a sua importação para cobrir as necessidades alimentares do país.

A mandioca tem representado um importante factor de segurança alimentar para o país. Existiu um acréscimo de produção desta raiz na ordem de 2.7% em 2005/2006. A produção de leguminosas (feijões) na campanha agrícola 2005/2006, devido ao excesso de chuvas e de humidade, teve um decréscimo de 22% em relação a campanha anterior e estima-se que a produção de amendoim tenha decrescido 2.5% para o mesmo período. Quanto aos tubérculos assistiu-se a uma redução na produção de batata rena como consequência directa da redução da área semeada, bem como a insuficiência de sementes e da fraca humidade do solo nas tradicionais regiões de cultivo.

A persistência das condições atmosféricas adversas nos últimos três anos tende a agravar o quadro da disponibilidade alimentar.

4.3.2 Produção pecuária

A produção pecuária caracteriza-se pela existência de dois grandes subsectores: a) o subsector empresarial incipiente voltado para a produção comercial e b) o subsector tradicional, que para além de produzir para a própria subsistência, introduz parte no circuito comercial. Esta última é predominante no Sul (Cunene, Huíla e Namibe), Leste (Kundo Kubango), parte da província de Benguela no litoral centro e no Kwanza Sul.

Não há registos actualizados sobre a população animal existente mas, as estimativas baseadas no número dos efectivos vacinados têm apontado, aproximadamente para 4 milhões de bovinos, 2,5 milhões de suínos, 300 mil ovinos e 4 milhões de caprinos.



O gado existente em Angola é autóctone, com baixa produtividade, sem nenhum estudo de suas reais potencialidades, visando o seu melhoramento genético. As introduções de raças exóticas, em condições adversas não foram bem sucedidas. Numa tentativa de repovoamento pecuário, em 1992, foram importadas mil vacas leiteiras de raça holandesa da União Europeia e distribuídas por algumas fazendas do subsector empresarial, nas províncias de Huíla, Namibe e Luanda. Houve elevada mortalidade, em alguns casos superior a 50%, muitos abortos e baixa produção de leite.

A produção de leite proveniente das três principais bacias leiteiras (Cela/Catofe, Huambo e Matala/Capelongo), que supria 47% do consumo anual do país, hoje é inferior a 200 milhões de litros por ano. Actualmente a produção de leite concentra-se na região da Huíla, Namibe e Kwanza Sul, utilizando sistemas de produção extensivo, pastoreio permanente em pastos naturais, melhorados e aproveitados racionalmente e sistemas mais intensivos utilizando pastagens artificiais, pluviais e/ou irrigadas, com forragens anuais ou semi-permanentes.

Pequenos produtores tradicionais de leite concentram-se nas regiões ao sul da Huíla, Namibe e Cunene, a Sudoeste de Angola, que compreende parte da denominada Região do Complexo da Ordenha que, sem registo dos níveis de produção, satisfazem as necessidades familiares.

A região do complexo da Ordenha, uma das mais importantes para o sector leiteiro, caracteriza-se pelo uso de sistemas de produção pastoril baseados no aproveitamento da pastagem natural em zonas áridas/semiáridas e sistema transumante de exploração do gado.

A pecuária bovina de corte, apesar de ser uma actividade que se encontra difundida em várias regiões de Angola, concentra-se nos últimos anos, maioritariamente, na região Sul/Sudoeste, com exploração mista de carne e leite mas apresenta níveis de produtividade muito aquém do seu potencial.

A avicultura tradicional, tem uma grande importância para o país. As aves são rústicas mas de tamanho pequeno e crescimento lento, com baixa produção de ovos e reduzida taxa de sobrevivência. Normalmente não concorrem com a alimentação humana, uma vez que são criadas em sistemas extensivos, sem assistência veterinária, mas constituem uma fonte de proteína animal de alto valor para o camponês. O desenvolvimento da avicultura deverá ser priorizado, devido a: produção avícola, pode expandir-se rapidamente e substituir a carne de outros animais; b) avicultura tradicional, gera benefícios para as mulheres e outros grupos sensíveis: ovos e carne de frango são geralmente bem aceites para a maioria da população.



4.3.3 Produção pesqueira

Para garantir uma exploração sustentável e responsável dos recursos pesqueiros, tem-se mantido as medidas de gestão tomadas desde 2003 que têm permitido a recuperação dos recursos particularmente os pelágicos.

De uma forma geral o quadro das biomassas projectadas para o biénio 2005/2006, não apresentou alterações significativas, tendo que impor o reforço das medidas de gestão particularmente para as espécies de maior valor comercial assim como as de maior consumo da população. Manteve-se o princípio da verticalidade da actividade piscatória privilegiando as artes de cerco, palangre, rede de emalhar e linha.

A concessão de direitos de pesca privilegia os angolanos que possuem infra-estruturas em terra, embora se permita a celebração contratos ou acordos com entidades estrangeiras especialmente para a pesca do atum do alto. O fomento da pesca artesanal e da aquicultura continua a merecer atenção particular, devido ao papel que assume na redução da pobreza, combate à fome e no aumento em emprego.

No domínio das capturas, devido sobretudo a paralisação das fábricas de farinha e óleo de peixe no Tômbwa, falta de embarcações e obsolescências técnicas do equipamento, os níveis globais em 2005 foram de 192.615,32 tons o que representou 65,5% do plano de produção.

Alguns dos constrangimentos que caracterizam o sector e que não permitiam rápida expansão das capturas começam a ser ultrapassados. Até 2007 foram distribuídas 6.688 embarcações para a pesca artesanal e cerca de 15 para a pesca semi-industrial o que permitiu alcançar as 297.439,87 toneladas de pescado.

A pesca continental é uma actividade de enorme tradição, praticada por homens, mulheres e jovens, constituindo uma importante fonte de proteínas principalmente para as comunidades do interior. A pouca informação disponível não permite ajuizar os volumes de captura e grau de dependência dos pescadores. As espécies mais capturadas têm sido Tilápia rendalli, Tilápia sparmannii e Tilápia trichur, Oreochromis spp. (vulgo cacusso), Clarias stappersii, Clarias submarginatus, Clarias mosambicus (bagres) e ainda Mugil cephalus (tainhas).

Quanto a transformação e distribuição do pescado, o Sector enfrenta ainda algumas dificuldades. Torna-se imperioso organizar a rede de frio para congelação, dinamizar a indústria de processamento e conservas bem como expandir as técnicas tradicionais de conservação no interior para melhor aproveitamento dos produtos e diminuição das perdas pós-capturas.



Foi estabelecida em 1997 a Comissão Nacional Técnica de Iodização do Sal e elaborou-se um plano estratégico para levar a cabo um Programa Nacional de Iodização de Sal e luta contra as doenças provocadas pela Deficiência de Iodo para o período de 2003/2005. Em 2001 somente 35 % da população consumia sal iodizado, situação que submete cerca de 480 mil crianças expostas ao atraso mental por carência de iodo. Actualmente a capacidade instalada de produção de sal é de 90 mil ton. (Minpescas, 2007).

4.3.4 Importações

Uma das maiores preocupações sociais do governo prende-se com a satisfação das necessidades alimentares da população. A produção insuficiente de alimentos, a nível local, para suprir as necessidades em produtos como arroz, milho, feijão e açúcar, que constituem a cesta básica da maioria da população, obriga a efectuar, importações sistemáticas de produtos alimentares pela rede de comércio grossista, privada, cabendo ao Estado o papel regulador do mercado.

A maior parte das importações de alimentos é destinada ao consumo nas principais cidades do país, particularmente Luanda, Benguela, Huambo e Huíla. Os produtos mais importados são os cereais e seus derivados (arroz, farinhas de milho e trigo), leguminosas (feijões), e uma parte considerável dos produtos cárneos e seus derivados, para complementar a produção interna.

4.3.5 Ajuda Alimentar

Em consequência do conflito armado, o governo concentrou atenção no apoio às populações vítimas do conflito e de calamidades naturais, bem como aos grupos específicos de assistência social, contando com o apoio da comunidade internacional, particularmente o Programa Alimentar Mundial (PAM).

A situação de paz que o país tem vivido, desde 2002, permitiu o reassentamento e a reintegração das populações nas suas áreas de origem. Neste contexto, a intervenção dos parceiros do governo no âmbito da assistência alimentar foi decrescendo a partir de 2003, ficando reservada a algumas situações pontuais como o reforço da merenda escolar, saúde e as populações vítimas de calamidades naturais.



4.4 Perfil do consumo alimentar e análise nutricional

4.4.1 – Consumo alimentar

Os perfis de consumo alimentar e nutricional da população, têm sido desenvolvidos utilizando a informação sobre a diversidade da dieta e a frequência de consumo de alimentos básicos e não básicos, bem como as fontes dos alimentos consumidos.

No campo nutricional, os diferentes tipos de alimentos são divididos em número de “grupos de alimentos” cuja combinação deve ser consumida diariamente para assegurar uma dieta nutricionalmente equilibrada. Os alimentos essenciais são os cereais, os legumes, as oleaginosas, os tubérculos e as raízes. De acordo com os grupos de alimentos consumidos, e com base numa abordagem analítica, a população tem sido enquadrada tendo em conta os seus hábitos e costumes alimentares conforme se ilustra no Quadro 4.

Quadro 4 – Padrões de consumo alimentar da população vulnerável

Grupo de consumo alimentar	Descrição do alimento de base consumido
Muito pobre	Cereais como único alimento de base
Pobre	- Vegetais - Cereais, outros alimentos, açúcar/sal e vegetais ou - Tubérculos, açúcar/sal, óleo, vegetais e peixe ou - Cereais, açúcar/sal, vegetais e óleo
Moderadamente bom	- Cereais, leite e lácteos, açúcar/sal e óleo ou - Cereais, peixe, óleo, açúcar/sal, carne
Bom	- Cereais, açúcar/sal, óleo feijões e vegetais - Cereais, açúcar/sal, óleo, tubérculos, carne e vegetais - Cereais, açúcar/sal, óleo, vegetais, peixe e outros

Fonte: FAO, 2005

As deficiências que têm sido encontradas na dieta alimentar da população, encontram-se também relacionadas com a insuficiente quantidade de alimentos protectores como sejam a carne, leite e ovos. O consumo de amendoim e feijões, alimentos ricos em proteínas e vitaminas, podem até certo ponto substituir os produtos animais. Contudo, é difícil conceber uma alimentação saudável e variada, tendo como recurso unicamente estes produtos.



4.4.2 – Análise nutricional

A desnutrição crónica afectava cerca de 45% de crianças menores de 5 anos, enquanto que a desnutrição aguda atingia 9% (MICS, 1999). Observava-se a maior prevalência de desnutridos na região centro-sul do país com 55% por causa dos efeitos da guerra. A prevalência de desnutrição crónica era também elevada na região sul com 53%. Luanda, apresentava taxas mais baixas de desnutrição em relação as outras províncias.

Os resultados de inquéritos nutricionais realizados em 2003, demonstraram taxas de malnutrição aguda bastante elevada (> 10%), principalmente em localidades de maior concentração de população deslocada como o Bié, Malange, Huambo, Móxico e Benguela. Um inquérito realizado pela FAO no primeiro semestre de 2006 no Huambo, constatou que a situação nutricional era corrente e estável. Casos de edemas foram reportados em apenas 5% das crianças e 10,7% recebiam tratamento nutricional, enquanto que 51% das crianças tiveram malária durante o mês de Abril. No entanto 35% das crianças amamentaram por mais de 18 meses e cerca de 50% faziam duas refeições por dia.

Num inquérito realizado pelo PAM/VAM entre Março/Abril de 2006 em alguns bairros de Luanda, constatou-se que a faixa etária das crianças malnutridas situava-se entre 1 a 5 anos de idade mas, a maioria dos casos ocorria em crianças até aos 3. Segundo esta entidade, os cuidados infantis deficientes e as más práticas de amamentação como o desmame precoce e doenças como a malária e diarreias, são as principais causas de malnutrição.

A desnutrição afecta quase a metade da população infantil angolana, isto é, crianças menores de 5 anos, sendo causa associada de morte em dois de cada três óbitos neste grupo de idade. Três grupos de causas actuam a nível subjacente para determinar a desnutrição:

- 1) Insegurança alimentar na família
- 2) O insuficiente acesso a cuidados primários de saúde e o limitado acesso a água potável e meios para eliminação segura de dejectos
- 3) Insuficientes ou inadequados cuidados das crianças e mulheres no seio das famílias.



O inquérito de indicadores múltiplos (MICS) de 2001, indicou que em Angola as práticas alimentares infantis e das crianças na população em geral estão longe do adequado. A desnutrição crónica determinada pelo indicador altura/idade afecta 45% da população infantil e resulta da deficiente alimentação e doenças infecciosas frequentes. A desnutrição aguda, determinada pelo indicador peso/altura e que mostra uma perda recente de peso como resultado da falta de alimentação e consequente existência de doença grave, afecta 6% da população menor de 5 anos. A desnutrição global que é uma combinação dos dois indicadores anteriores, está estimada em 29%, o que reflecte a situação nutricional geral da criança, determinada pelo indicador peso/idade.

A distribuição das taxas de desnutrição por região, mostra que todas as regiões têm mais ou menos o mesmo nível de desnutrição aguda, excepto a região Oeste que tem duas vezes mais, factor que poderia explicar em parte as elevadas taxas de mortalidade, observadas nesta região. A prevalência da desnutrição crónica é maior nas regiões centro-sul e sul, e menor na capital do país. No entanto, o maior número absoluto de desnutridos encontra-se em Luanda e região oeste. Quanto a deficiência de micronutrientes, destacam-se: défice de vit. A, ferro, ácido fólico, iodo, niacina e zinco.

4.5 ANÁLISE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E VULNERABILIDADE EM ANGOLA

4.5.1 – PRINCIPAIS CAUSAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

A insegurança alimentar é um fenómeno complexo, decorrente de vários factores que podem variar no espaço geográfico, nos grupos sociais e no tempo. As principais causas que estão na base da insegurança alimentar, em Angola, podem ser divididas em directas e indirectas.

4.5.1.1 – CAUSAS DIRECTAS

- O conflito armado que o país viveu ao longo de várias décadas que provocou o deslocamento de populações do meio rural para as principais cidades
- Produção agro-pecuária insuficiente
- Baixo nível de rendimento das famílias
- Destruição das infra estruturas sociais e de apoio a produção agropecuária
- Baixa acessibilidade e limitado poder de compra de alimentos ao nível dos agregados familiares



- Desastres naturais (estiagem, secas e cheias)
- Práticas incorrectas relacionadas com os cuidados alimentares e ao fraco conhecimento do valor nutritivo de alguns alimentos
- Baixa disponibilidade de estruturas de saúde e deficiente acesso aos serviços saúde
- Insuficiência de sementes e material de propagação

4.5.1.2 – CAUSAS INDIRECTAS

- Difícil acesso as áreas de produção agrícolas devido a presença de minas
- Baixo nível de escolaridade principalmente no meio rural
- Desestruturação familiar por infecção do VIH/SIDA e outras endemias
- Vias secundárias e terciárias inacessíveis nas áreas de produção agrícola
- Altos custos de transporte para o escoamento dos excedentes comercializáveis
- Inadequada cobertura das vacinas
- Elevada taxa de mortalidade materno-infantil
- Altos níveis de pobreza extrema
- Elevados níveis malnutrição
- Deficiente acesso à água potável e ao saneamento básico

Apesar de se verificar aumentos substanciais nos índices de produção agrícola nos últimos anos, segundo o GSA/MINADER, há ainda regiões e extractos da população com elevado risco de insegurança alimentar, por factores adversos tais como condições climáticas, pobreza estrutural, infra-estruturas degradadas e fraco investimento nas mesmas. O processo de regresso e reassentamento das populações deslocadas e o retomo dos refugiados para as suas áreas de origem ou de preferência durante os últimos anos tem estado a contribuir na melhoria das condições de vida da população e tem vindo a alterar os sistemas dos meios de subsistência dos agregados familiares. Porém o número de pessoas vulneráveis no país é ainda muito significativo.



4.5.2 Vulnerabilidade

A vulnerabilidade é constituída por três aspectos essenciais: a) a exposição a riscos ou choques; b) a sensibilidade dos meios de existência em relação a esses riscos; c) a capacidade de fazer face ou de se adaptar aos mesmos. Entre os vários tipos de vulnerabilidade, pode-se destacar três tipos: a alimentar, a ambiental e a ligada à saúde.

A forte dependência das importações, particularmente em cereais, faz de Angola um país vulnerável às conjunturas internacionais, principalmente do ponto de vista alimentar, agravando-se ainda nos últimos anos pelas variações climáticas e flutuações de preço dos produtos alimentares no mercado externo.

O Inquérito de Segurança alimentar e vulnerabilidade realizado em 2004/2005 no Planalto Central pela Unidade de Análise e Levantamento da Vulnerabilidade do Programa Alimentar Mundial (VAMPAM), revela que da população inquerida 19 % encontravam-se em insegurança alimentar, 30 % em vulnerabilidade elevada, 19 % vulnerabilidade moderada e 32 % em vulnerabilidade baixa. Um outro inquérito realizado no sudeste, em Outubro de 2005, revelou uma concentração de alta vulnerabilidade entre 25-60%, dos agregados familiares nas províncias do Bié (15-40%), Huíla e Kuando-Kubango e vulnerabilidade baixa (0-15 %) no Namibe e Cunene.

Os dados indicavam a existência de insegurança alimentar no Planalto Central, facto que se explica pelo estado empobrecido dos solos e grande pressão sobre os recursos naturais no período em que os trabalhos foram realizados.

O tempo transcorrido desde a sua recolha até agora sugere que os dados acima mencionados, não devem ser tomados como actuais, mas ajudam certamente a destacar a localização geográfica do problema. De realçar que o meio rural alberga mais de 60 % das famílias residentes no país e concentra a maior proporção da população pobre.

Por outro lado, os resultados do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (MICS, 2000/2001) indicam que cerca de 68% da população angolana é pobre e destes 26% vive abaixo do limiar da pobreza. Ela está muito ligada ao acesso aos factores de produção, designadamente à terra e à água, ao emprego e ao nível de educação.



A oferta de cereais (arroz e trigo), e leguminosas (feijões) que entram na cesta base é assegurada maioritariamente pela importação (44-51% cereais) e (60-65% para os feijões), complementada pela produção nacional. O défice na produção nacional de alimentos aliado à falta de competitividade dos produtos nacionais, em função da escassa aplicação de inovações tecnológicas e técnicas modernas de gestão de recursos naturais na actividade de produção, ao fraco investimento no sector produtivo agro-pecuário e à inexistência de sistemas de crédito que atendam às demandas do sector, resulta num considerável dispêndio de recursos financeiros para aquisição de produtos alimentares no mercado internacional para suprir a demanda interna.

Em resumo, o processo de produção e disponibilização de produtos alimentares no mercado nacional necessita ser feito de modo a oferecer as melhores formas de acessibilidade, e é igualmente necessário garantir que a cobertura nacional de produtos alimentares abarque o maior número possível de mercados periféricos, e assim chegue mais próximo dos grupos mais vulneráveis, sem descuidar do reforço que requerem estes grupos em termos da sua capacidade para adquirir e usufruir adequadamente destes alimentos.

Relativamente a vulnerabilidade ligada à saúde, os resultados do inquérito de indicadores múltiplos (MICS, 2000/2001) indicavam que em Angola as práticas alimentares infantis e das crianças na população em geral estavam longe do adequado.

A má nutrição geral entre as crianças com idades inferiores a cinco anos, é extremamente elevada. A má nutrição crónica afecta 45% da população angolana <de 5 anos. Comparando as zonas urbanas e zonas rurais há um diferencial de mais de 7% de má nutrição crónica global nas zonas rurais, o que segundo Ministério da Saúde (2001) não é significativo. Há uma má nutrição crónica aguda de 26% nas áreas rurais contra 12% nas áreas urbanas. A situação nutricional é estrutural ou seja, encontra-se nas áreas urbanas e rurais, o mesmo nível de situação de má nutrição referente às crianças com idade inferior a cinco anos.

5 - POLÍTICAS E PROGRAMAS NO ÂMBITO DA SAN

Sendo a ENSAN uma estratégia transversal e estando relacionada com diversas políticas sectoriais, o governo tem vindo a lidar com as causas da insegurança alimentar e malnutrição através da implementação de políticas e programas, que assentam nas seguintes vertentes:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Reabilitação de infra-estrutura de desenvolvimento (estradas, pontes, portos, aeroportos, escolas, hospitais, habitações e mercados);



- Restauração da produção agrária, pecuária e pesqueira;
- Promoção da iniciativa privada.

Nos quadros 5, 6 e 7 apresentam-se as principais políticas, instrumentos e programas que concorrem para a melhoria da Segurança alimentar e nutricional em Angola.

Quadro 5 – Políticas que contribuem para a implementação da SAN em Angola

POLITICAS	ORGANISMO RESPONSÁVEL	OBJECTIVO
<i>Estratégia de Combate à Pobreza</i>	Ministério do Planeamento	Redução em 50% da proporção da população com menos de 1 dólar/dia, até 2015.
<i>Política comercial</i>	Ministério do Comércio	Age sobre a estrutura dos preços relativos, volume das importações e das exportações de bens e serviços e sobre a actividade comercial em geral
<i>Política Nacional de Saúde</i>	Ministério da Saúde	Visa assegurar uma vida saudável para todos os angolanos
<i>Política de desminagem dirigida</i>	Ministério da Assistência e Reinserção Social	De forma a facilitar a o assentamento das populações e a circulação de pessoas e bens para reduzir a vulnerabilidade social e gerar a sua auto sustentabilidade

Fonte: Quadro legislativo e institucional

No Quadro 6 apresentam-se os principais instrumentos já utilizados pelo Governo angolano que concorrem para a redução da pobreza, fome e malnutrição. Os instrumentos estão consubstanciados num marco jurídico próprio que permite não só a aplicação de políticas como também a fiscalização das mesmas e directrizes do ponto de vista orçamental. Por outras palavras, o quadro jurídico para a realização das políticas e das acções propostas já está disponível e a maior parte estão a ser implementadas. No futuro, essas leis e instrumentos jurídicos poderão ser condensados numa “Lei de Segurança Alimentar e Nutricional”.

**Quadro 6 – Instrumentos que concorrem para a implementação da SAN em Angola**

<i>Lei de terras</i>	Estabelece mecanismos que permitirão a segurança da posse e uso da terra, com destaque para o sector familiar
<i>Lei da Defesa do Consumidor</i>	Estabelece mecanismos para protecção do consumidor
<i>Lei das sementes</i>	Estabelece o controlo e fiscalização da produção, importação e exportação e mudas em todo o país
<i>Lei de Recursos Biológicos Aquáticos</i>	Assegurar o uso racional e sustentável dos recursos biológicos aquáticos, do ambiente costeiro e ribeirinho
<i>Lei das águas</i>	Promoção do uso sustentável das águas

Fonte: Quadro legislativo e institucional

No Quadro 7 apresentam-se os principais programas já em curso ao nível dos diferentes Ministérios que visam atender dimensões e eixos ligados a segurança alimentar e nutricional, como forma de consolidar a articulação de todas as acções/programas, como um primeiro esforço a ser empreendido para a adopção de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, visando o cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. Muitas das acções destacadas no quadro abaixo, concorrem entre si, provocando um evidente desperdício de recursos públicos e de capacidade técnica. Reunidas e consolidadas através de uma estratégia única de SAN poderia obter-se uma clara interligação entre essas acções com evidentes resultados nos indicadores.

Quadro 7 – Programas que concorrem para a implementação da SAN em Angola

PROGRAMAS	ORGANISMO RESPONSÁVEL	OBJECTIVOS	ORÇAMENTO (Kz)	ESTADO ACTUAL
Programa Geral do Governo (2007/2008)	Ministério do Planeamento	Satisfação das necessidades alimentares internas e o relançamento da economia rural, bem como a erradicação ou redução significativa da fome	2.544.768.949,74 3,00	Em execução
Programas de apoio à mulher rural	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Contribuir no combate à pobreza das famílias rurais e da mulher em particular	824.039.934,00	Em execução
Programa de extensão e desenvolvimento rural	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Visa materializar acções para reabilitação e o desenvolvimento das comunidades rurais.	2.234.060.000,00	Em execução
Programa executivo da	Ministério da Agricultura e do	Contribuir para a redução da fome e da pobreza e o	2.451.322.650,00	Em execução



estratégia de desenvolvimento rural do povo e combate a pobreza	Desenvolvimento Rural	desenvolvimento rural e integrado das comunidades		
Programa de desenvolvimento comunitário	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Abastecimento da água potável, saúde pública e serviços primários de saúde, educação e formação profissional no meio rural	12.450.000.000,00	Em execução
Programa de combate a desertificação	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Visa garantir a conservação sustentável dos solos	429.354.582,00	Em execução
Sub-programas - Desenvolvimento das pescas	Ministério das Pescas	Visam garantir uma exploração sustentável e responsável dos recursos piscatórios e aquíferas	0,00	Suspenso
- Aumento das capturas de pescado			3.117.289.449,00	Em execução
- Pesca artesanal			1.657.970.248,00	Em execução
- Aumento da produção de sal			375.000.000,00	Em execução
- Investigação científica e fiscalização			177.341.016,00	Em execução
- Infra-estrutura de apoio e distribuição de pescado			420.222.286,00	Em execução
- Programa de iodização do sal	Ministério da Saúde	Visa suprir as carências em micronutrientes	5.845.800	Em execução
- Programa de Vigilância Nutricional	Ministério da Saúde	Prestar assistência nutricional as crianças malnutridas e grávidas através da criação de centros nutricionais terapêuticos e suplementares	32.196.400,00	Em execução
- Promoção do Aleitamento materno		Garantir aleitamento exclusivo até aos seis meses de idade	19.076.700,00	Em execução
- Programa de Suplementação com micronutrientes	Ministério da Saúde	(Vit A, ferro e ácido fólico, promove a suplementação com Vit A as crianças menores de 5 anos e mulheres puerperas	14.355.040,00	Em execução
- Programa de	Ministério	Distribuição massiva de	9.000.000.000,00	Em



desparasitação infantil	da Saúde	desparasitante as crianças menores de 5 anos e crianças em idade escolar		execução
- Programa merenda escolar	Ministério da Educação	Visa combater o insucesso e o abandono escolar	4.588.650.000,00	Em execução
- Programa de desparasitação e rastreio de crianças em idade escolar	Ministério da Educação	Visa a distribuição massiva de desparasitante nas escolas	18.750.000,00	Em execução
- Promoção da Saúde Escolar: Água na escola; reabilitação dos sanitários e/ou construção de latrinas	Ministério da Educação	Visa a distribuição massiva de desparasitante nas escolas	7.500.000,00	Em execução
- Programa de relançamento de alfabetização e recuperação do atraso escolar	Ministério da Educação	Reforma curricular e redução do analfabetismo	370.995.075,00	Em execução
- Programa de apoio as famílias carentes	Ministério da Família e da promoção da Mulher	Visa o desenvolvimento integral da família e particularmente nos cuidados e protecção a 1ª infância; Visa o acesso das famílias de baixa renda a pequenos financiamentos, com vista a promoção de pequenas iniciativas geradoras de rendimentos e emprego	2.875.000,00	Em execução
- Programa de promoção da Mulher Rural	Ministério da Família e da promoção da Mulher	Visa a promoção sócio-económica da mulher rural por via de implementação de projectos de âmbito social e produtivo	11.650.000,00	Em execução
Mercado grossista/logística e distribuição	Ministério do Comércio	Visa favorecer o melhor ordenamento das actividades comerciais, das condições de funcionalidade e a promoção do emprego	65.250.000.000,00	Em execução
Nosso Super	Ministério do Comércio	Visa favorecer o melhor ordenamento das actividades comerciais, das condições de funcionalidade e a promoção do emprego	15.150.000.000,00	Em execução
Rede de mercados municipais, urbanos/suburbanos e rurais	Ministério do Comércio	Visa favorecer o melhor ordenamento das actividades comerciais, das condições de funcionalidade e a	9.150.300.000,00	Em execução



		promoção do emprego		
Rede comercial de proximidade	Mistério do Comércio	Visa favorecer o melhor ordenamento das actividades comerciais, das condições de funcionalidade e a promoção do emprego	3.375.000.000,00	Em execução
Urbanismo Comercial	Mistério do Comércio	Visa favorecer o melhor ordenamento das actividades comerciais, das condições de funcionalidade e a promoção do emprego	1.625.000.250,00	Em execução
Rede integrada de logística	Mistério do Comércio	Visa favorecer o melhor ordenamento das actividades comerciais, das condições de funcionalidade e a promoção do emprego	150.600.000.000,00	Em execução
Subprograma de assistência social às pessoas em situação de vulnerabilidade	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Melhorar as condições de vida dos grupos em situação de extrema pobreza através da promoção de iniciativas de auto-sustentabilidade e melhorias das condições de habitação	1.037.500.000,00	Em execução
Programa infantil comunitário (PIC)	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Apoiar o funcionamento dos PIC e PECs, garantindo material e alimentação as crianças	941.220.000,00	Em execução
Subprograma de reabilitação baseada na comunidade e fomento da produção agrícola	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Promover a integração das Pessoas Portadoras de Deficiência na vida sócio económica das comunidades e o apoio na criação de Associações de PPDs viradas para a produção agro-pecuária	207.500.000,00	Em execução
Reintegração social nas áreas de retorno	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Facilitar o reassentamento e reintegração dos cidadãos retornados e repatriados nas suas áreas de destino final	373.500.000,00	Em execução
Projecto de assistência a pessoa idosa	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Melhorar as condições de vida e ocupar o tempo de lazer dos idosos	373.500.000,00	Em execução
Projecto de leite e papas	Ministério da Assistência e Reinserção Social	Prevenir o internamento/institucionalização e diminuir o índice de mortalidade de crianças dos 0 aos 12 anos, incluindo órfãos devido ao HIV/SIDA	24.900.000,00	Em execução



6. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E OS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM)

Os ODM são o resultado de um compromisso assumido ao nível das Nações Unidas, depois de diversas conferências internacionais e cimeiras mundiais que se realizaram na década 90 com o objectivo de erradicar a pobreza nos países em vias de desenvolvimento que culminou com a Declaração do Milénio, em Setembro de 2000, adoptada por todos os 189 Estados membros das Nações Unidas. O conjunto dos ODM visa, portanto, imprimir uma nova dinâmica no desenvolvimento económico e social de todos os povos do mundo e, por isso, têm uma relação directa com a SAN.

6.1 Implementação dos ODM em Angola

De um modo geral, as metas correspondentes aos ODM devem ser alcançadas em 25 anos, sendo 1990 o ano de referência de base. Desde que Angola adoptou os ODM tem sido preocupação do governo ajustar os seus programas e planos de desenvolvimento a este quadro internacional. Os objectivos estratégicos e as metas que fazem parte das prioridades do governo e que estão mais relacionados com a SAN apresentam-se no Quadro 8.

Quadro 8 – Situação actual dos ODM em Angola

Objectivos estratégicos	Situação actual	Metas (2015)
<i>Erradicar a pobreza extrema e a fome</i>	- 68% de população abaixo da linha de pobreza - 26% de população em pobreza extrema	- Reduzir para metade a % da população com um rendimento inferior a 1 dólar/dia - Reduzir para metade a proporção de pessoas que sofre de fome
<i>Alcançar o ensino primário universal</i>	- 13% taxa de abandono escolar - 26.3% taxa de repetência	- Reduzir para 6.9 % - Reduzir para 7.9 %
<i>Reduzir a mortalidade infantil</i>	- 250 óbitos/1000 nascidos vivos	- Reduzir para 104 óbitos /1000 nascidos vivos - Reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade abaixo de 5 anos
<i>Melhorar a saúde materna</i>	- 1400 A 1700 óbitos por cada 100 mil nados vivos	- Reduzir em ¾ a taxa de mortalidade materna
<i>Garantir a sustentabilidade do meio ambiente</i>	- 31.5 % da população sem acesso a uma fonte de água apropriada	- Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável
<i>Combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças</i>	- Cerca de 5 % taxa de Sero-prevalência ;	- Reduzir para metade e começar a inverter a propagação do VIH/SIDA e malária



7 – VISÃO ESTRATÉGICA DA ENSAN

A Visão estratégica é a integração da ENSAN no Programa Estratégico de Desenvolvimento de Médio e Longo Prazo, bem como promover o desenvolvimento económico e social na melhoria da distribuição dos rendimentos e articular a gestão da SAN nas acções e programas sectoriais com novas intervenções, que conduzam à melhoria das condições de vida de toda a população.

A ENSAN permitirá promover a coordenação e articulação global de todas as iniciativas em matéria de segurança alimentar e nutricional, estimular a mais ampla e diversificada participação dos intervenientes a todos os níveis, facilitar o diálogo e a concertação social, participar na mobilização de financiamentos e promover sinergias em prol da eficácia global do combate à insegurança alimentar e vulnerabilidade no país.

7.1 Linhas de orientação da ENSAN

Em conformidade com as metas preconizadas no âmbito dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a finalidade da ENSAN é de «criar condições para garantir a todo cidadão angolano, uma segurança alimentar durável, diminuir o nível de desigualdade na distribuição dos rendimentos e reduzir estruturalmente a pobreza extrema». As linhas de orientação da ENSAN, terão como princípios fundamentais, a visão estratégica, objectivo geral e específicos, os eixos estratégicos e o plano de acção, regendo-se ainda pelos seguintes princípios básicos:

- Universalidade, equidade e integralidade;
- Promoção da dignidade da pessoa,
- Participação, transparência e prestação de contas
- Transversalidade e multisectorialidade



7.2 Objectivo Geral

Neste quadro global assim definido, o objectivo geral a atingir é o de “Garantir que todos os angolanos tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada, acesso físico e económico aos alimentos necessários, fundamentalmente através da produção interna e que as pessoas possam ser capazes de utilizar os alimentos, de modo a assegurar que cada membro receba e absorva os nutrientes adequados às suas necessidades, para que tenha uma vida activa e saudável, que lhe permita contribuir para o desenvolvimento humano, económico e social de Angola”.

7.2.1 Objectivos específicos

Os objectivos específicos constituem o objecto e a base dos programas para atingir a segurança alimentar e nutricional em Angola no quadro da visão estratégica acima definida.

Objectivo Específico 1 – Aumentar e diversificar a produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as condições de vida no meio rural.

Objectivo Específico 2 – Garantir a disponibilidade e estabilidade da oferta de produtos alimentares, restaurando o mercado interno com vista à interligação entre as zonas com excedentes e as de maior poder de consumo.

Objectivo Específico 3 – Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de protecção social para os grupos mais desfavorecidos.

Objectivo Específico 4 – Diminuir os níveis de desnutrição da população através da melhoria das condições de saúde, educação e saneamento básico.

Objectivo Específico 5 – Criar e implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido e sistemas de monitorização da SAN

Objectivo Específico 6 – Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública e do consumidor

A estratégia visa garantir a segurança alimentar e nutricional de todos os angolanos. E para alcançar estes objectivos, conta com quatro eixos e intervenções prioritárias, que serão implementadas gradativamente com base no seu plano de acção.



7.3 - EIXOS ESTRATÉGICOS E INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS

1. Incremento, Diversificação e Sustentabilidade da Produção Agro-Pecuária e Pecuária

A persistência do défice alimentar que se vem registando é o resultado da prática duma agricultura de subsistência, caracterizada por baixos rendimentos por unidade de superfície, em associação com outros fenómenos negativos (clima, material vegetativo degenerado, falta e/ou insuficiência de insumos e de instrumentos de trabalho), remetendo para a importação sistemática de alimentos que poderiam ser produzidos internamente. Para isso preconiza-se o seguinte:

- Promoção do aumento e diversificação de oportunidades de geração de rendimentos através de actividades agrárias e não agrárias;
- Implementação de políticas de apoio a produção para auto-consumo;
- Implementação de políticas de processamento, transformação e conservação de alimentos;
- Implementação de mecanismos que facilitem a posse da terra para que os camponeses e agricultores privados, se sintam confiantes em fazer investimentos necessários de modo a melhorar e diversificar a produção de uma forma sustentável;
- Estabelecimento de um sistema de informação de mercado funcional;
- Incentivar a criação de mecanismos para assegurar a existência de reservas alimentares a nível familiar e nacional;
- Promoção de políticas de aquisição de produtos alimentares ao camponês;
- Criação de uma política de gestão integrada das zonas costeiras;
- Promoção de políticas para o incentivo ao repovoamento pecuário.

2 - Fortalecimento e Consolidação da Capacidade Organizativa e Produtiva dos Camponeses e Pequenos Produtores, Incluindo Apicultores, Aquicultores e da Pesca Continental

Os pequenos camponeses e os pequenos produtores apresentam um baixo nível de capacidades técnicas, de gestão, integração e interacção com os outros agentes de desenvolvimento. Isto limita grandemente o desenvolvimento do meio rural e dificulta a adaptação dos camponeses às novas realidades (oportunidades e desafios). Para superar estes constrangimentos torna-se necessário:



- Implementação de política de incentivo a agricultura peri-urbana e/ou hortas familiares;
- Criação de uma rede comercial capaz de prover os insumos produtivos necessários e absorver o excedente da produção familiar;
- Implementação de políticas de incentivo a pesca continental e a aquicultura comunal nas famílias rurais;
- Implementação de políticas de processamento, transformação e conservação de produtos pesqueiros;
- Promoção de transferência de tecnologias para favorecer o aumento da produção e da produtividade e reduzir as perdas pós-colheita;
- Implementação de mecanismos para a expansão dos recursos florestais, incluindo a apicultura;
- Expansão do programa de reabilitação e construção de vias de acesso para as áreas rurais;
- Sistematização e implementação de políticas de apoio a mulher rural.

3 - Apoiar as Competências Familiares, Promover a Educação Alimentar e Nutricional Comunitária e Reforçar a Assistência a Crianças em Idade Escolar e a Grupos Vulneráveis

As competências familiares referem-se ao conjunto de conhecimentos, atitudes e práticas relacionadas com os cuidados, protecção, afecto e incentivo ao desenvolvimento integral da família. As prioridades de intervenção para alcançar os objectivos desse eixo são designadamente, os seguintes:

- Implementação de políticas e programas integrados de boas práticas de consumo e convivência familiar;
- Implementação de políticas de protecção social, vigilância nutricional e monitorização;
- Expansão da merenda escolar;
- Difusão dos conhecimentos tecnológicos de produção e conservação de alimentos para tornar os mercados mais eficientes;
- Implementação de políticas para a criação de bancos de alimentos;



- Implementação de políticas de educação alimentar e promoção do consumo de produtos sub-valorizados;
- Implementação de políticas de assistência alimentar e outros bens essenciais em situação de emergência.

4 - Fomentar a Investigação Científica Aplicada e Assegurar a Saúde e o Saneamento Ambiental

A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e da inocuidade dos alimentos e da água potável são componentes essenciais da segurança alimentar e constituem um desafio que se coloca cada vez com maior pertinência para a saúde pública e a defesa do consumidor. As prioridades de intervenção nesta área são as seguintes:

- Criação de políticas de alimentação e nutrição materno-infantil e para pessoas que vivem com o VIH/SIDA;
- Garantir a defesa do consumidor através do melhoramento da qualidade de higiene dos alimentos e da água;
- Prevenção e controle da desnutrição e carências nutricionais específicas;
- Revitalização dos sistemas de saúde municipais que assegure a prestação de serviços integrados de saúde;
- Melhorar o acesso à água potável e recursos energéticos nas zonas rurais;
- Incentivar a investigação científica através da construção de laboratórios, campos de experimentação, logística e serviços de apoio aos institutos.



8. PLANO DE ACÇÃO

A segurança alimentar e nutricional é, por excelência, uma questão transversal que, abrange vários sectores, tais como a Agricultura e Desenvolvimento Rural, as Pescas, o Comércio, os Transportes, a Educação, a Saúde, Trabalho e Segurança Social, Urbanismo e ambiente, Família e Promoção da Mulher, Assistência e Reinserção Social, Finanças, Comunicação Social e Energia e Águas. Assim, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) deve materializar-se através de um instrumento de implementação igualmente transversal, que é o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN).

Nos anexos dessa proposta, apresentamos um leque de prioridades que deverão ser articuladas pelo Plano de Acção. É importante destacar que essas linhas de acção possuem tempos de execução e preconizam resultados distintos. Ou seja, algumas acções referem-se a políticas estruturais que permitirão a auto sustentabilidade das comunidades. Por outro lado, apresentam-se prioridades com carácter de emergência consubstanciadas em políticas específicas para resolver problemas de fome e desnutrição. Finalmente no anexo I, apresentam-se políticas locais a serem implementadas, que englobam políticas restritas para melhorar o desempenho dentro dos municípios e comunas e integra-las num sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.

Os Quadros referentes às estratégias prioritárias seleccionadas estão no (ANEXO II) e as mesmas estão divididas segundo as dimensões da segurança alimentar e nutricional que se pretende implementar juntamente com os eixos e linhas de intervenção. Apresentam-se também nesse anexo, a calendarização e os orçamentos previstos para o quinquénio (2009-2013).



ANEXO I

1 - EIXOS DE INTERVENÇÃO, METAS E INDICADORES

2 - PRINCIPAIS POLITICAS PREVISTAS NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

QUADROS 1 – EIXOS DE INTERVENÇÃO, METAS E INDICADORES

EIXOS DE INTERVENÇÃO	METAS/RESULTADOS ESPERADOS (2015)	INDICADORES
EIXO 1 Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agro-pecuária e pesqueira	Redução para metade do número de pessoas em insegurança alimentar através do melhoramento quantitativo e qualitativo da oferta de produtos agro-alimentares básicos; Aumento em 25% das áreas ocupadas pelas principais culturas alimentares (cereais, leguminosas, raízes e tubérculos); Incentivo à horto-fruticultura, produção de vegetais e às actividades silvícolas e à apicultura; Aumento dos efectivos pecuários em bovinos, caprino, suínos e pequenos ruminantes; Aumento na população de aves de capoeira (particularmente galináceos); Existência de bens em quantidade e qualidade Maior diversificação da dieta alimentar Desenvolvimento do mercado rural e sua monitorização Incentivo a produção agro-pecuária e pesqueira estabilidade nos preços dos alimentos básicos Aumento da frota e/ou substituição de unidades pesqueiras em função do potencial explorável em condições sustentável	Rendimentos e produções anuais das culturas alimentares; Dimensões das explorações agrícolas familiares; Aumento da produção interna de alimentos básicos; Alargamento da base da renda familiar e aumento da eficiência do trabalho agro-silvo-pastoril; Número de cabeças de gado de corte e de tracção (através de senso pecuário, actualizado periodicamente); Número de bicos; Aumento da produtividade e diversificação de culturas Aumento das disponibilidades Maior capacidade de transformação e conservação de produtos agro-pecuários e silvícolas



	<p>Aumento dos mananciais</p> <p>Aumento da frota e/ou substituição das unidades pesqueiras</p> <p>Melhora no manuseamento dos produtos da pesca</p> <p>Diversificação dos produtos da pesca</p> <p>Aumento das capturas totais admissíveis de cerca de 854.456 a 954.836 ton.</p> <p>Melhorar e apetrechar os mecanismos de fiscalização</p> <p>Aumentar a capacidade de iodização do sal produzido</p> <p>Aumento de formadores e reforço de quadros</p> <p>Controle da zona costeira</p> <p>Construção de Centros</p> <p>Melhoramento das artes de pesca</p>	<p>Incremento dos níveis de captura</p> <p>Incremento dos níveis de captura</p> <p>Aumento da qualidade do produto</p> <p>Melhorar a dieta alimentar</p> <p>Aumento das capturas</p> <p>Aumento das capturas</p> <p>Toneladas de sal iodizado</p> <p>Número de formadores capacitados</p> <p>Total de produção</p> <p>Melhoramento e gestão da zona costeira</p> <p>Incremento dos níveis de captura</p>
<p>EIXO 2</p> <p>Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva dos camponeses e pequenos produtores, incluindo apicultores e aquicultores</p>	<p>Aumentar o número de hortas familiares</p> <p>Melhor e maior acesso das famílias aos instrumentos de trabalho e outros insumos;</p> <p>Aumento do número de cooperativas e associações;</p> <p>Concessão de crédito bancário a um número cada vez maior de produtores;</p>	<p>Ampliação do número de famílias praticando agricultura periurbana ou horta familiar</p> <p>Aumento do número de famílias beneficiárias de instrumentos e insumos;</p> <p>Nº de associações e cooperativas formadas e número de associados ou cooperadores;</p> <p>Nº de beneficiários de crédito bancário;</p>



	<p>Absorver o excedente da produção agrícola e pesqueira</p> <p>Valorização da contribuição e participação da mulher na produção agrícola e pesqueira</p> <p>Incentivo a produção pesqueira e estabilidade nos preços dos alimentos básicos</p> <p>Aumentar para 2.591 a 6.820 ton. de pescado</p> <p>Criação de associações e cooperativas para revitalização da economia rural no seio das famílias</p> <p>Aumentar o número colmeias</p> <p>Consolidação do tecido produtivo local</p> <p>Aumento da dieta alimentar</p> <p>Consolidação do tecido produtivo local</p> <p>Implementação das boas práticas de fabrico</p>	<p>Número de estabelecimentos comerciais</p> <p>Número de mulheres rurais reconhecidas</p> <p>Maior capacidade de transformação e conservação de produtos da pesca</p> <p>Total de produção</p> <p>Aumento da capacidade organizativa das comunidades</p> <p>Número de colmeias</p> <p>Incremento dos níveis de captura</p> <p>Incremento dos níveis de captura</p> <p>Incremento dos níveis de captura</p> <p>Melhoramento da qualidade dos produtos da pesca</p>
<p>EIXO 3</p> <p>Apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional comunitária e proporcionar a alimentação escolar</p>	<p>Acesso melhorado às zonas produtivas e melhoria na circulação mercantil;</p> <p>Incremento de mais de 10.000 estabelecimentos comerciais</p> <p>Processamento da produção agro-pecuária e pesqueira</p> <p>Aumento da comercialização e troca de produtos</p> <p>Promover a educação alimentar</p> <p>Aumento da renda familiar</p>	<p>Maior nº de estradas secundárias e terciária reabilitadas</p> <p>Melhorar as condições de comercialização e seu apetrechamento</p> <p>Maior valorização da produção, promoção e escoamento de produtos</p> <p>Quantidades de produtos</p> <p>Elevar o nível de conhecimento</p> <p>Maior acesso aos bens e serviços</p>



	Atingir cerca de 62.000 pessoas associadas para o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento	Número de pessoas beneficiadas
	Aumentar o apoio à auto construção dirigida a 120 mil pessoas vulneráveis	Número de pessoas beneficiadas
	Construção de 5 lares de infância para crianças afectadas pelo VIH/SIDA	Número de lares construídos
	Construção de 2000 mil casa económica para população em extrema pobreza	Número de casas
	Beneficiar cerca de 50% dos agregados familiares com acções de educação	Adopção de boas práticas de convivências social no seio da família
	Apoiar em mais de metade o número de famílias em pobreza extrema com acções de micro Finanças	Fortalecimento e diversificação das fontes de geração de renda
	Atingir cerca de 60% da população em campanhas de informação educação e comunicação em saúde	Apoiar as pequenas iniciativas familiares
	Aumentar em 30% a cobertura das actividades de triagem nutricional a nível das unidades sanitárias	Número de famílias aplicando práticas alimentares promotoras de boa saúde
	Cobrir 100% das escolas do ensino primário (1ª a 6ª classe)	Percentagem de crianças detectadas com má nutrição nas unidades sanitárias
	Elevar em 50% o número de escolas primárias nas zonas periurbana e rural com condições higiénicas e sanitárias	Número de escolas abrangidas
	Reduzir em 50% o número de famílias sem latrinas	Percentagem higiénicas e sanitárias de escolas abrangidas
		Número de latrinas construídas por comunidades



	<p>Criar mapas das potenciais zonas de risco</p> <p>Maior capacidade de intervenção</p>	<p>Qualidade de intervenção prestada</p> <p>Percentagem de população conhecedora dos seus direitos</p>
<p>EIXO 4</p> <p>Fomentar a investigação científica aplicada e assegurar a saúde e o saneamento ambiental</p>	<p>Aumentar o número de agentes comunitários de saúde</p> <p>Recuperação, melhoramento e ampliação da capacidade dos meios de diagnóstico;</p> <p>Reforço da capacidade analítica dos recursos humanos e institucional;</p> <p>Melhorar a capacidade de concepção e análise de programas e projectos</p> <p>Reforço da fiscalização e da qualidade dos alimentos</p> <p>Melhoramento das artes de pesca</p> <p>Criação de condições adequadas para a investigação científica</p> <p>Aumentar o número de laboratórios</p> <p>Cobrir 80 % das unidades sanitárias com documento orientador sobre a alimentação de bebés e crianças e para as pessoas vivendo com VIH/SIDA</p> <p>Atingir 90% de cobertura de Vit A em crianças menores de 5 anos e 80% em mulheres puérperas</p> <p>Criar capacidade institucional para a fortificação de alimentos</p> <p>Cobrir 80% da população infantil e materna nos</p>	<p>Número de agentes comunitários formados</p> <p>Reequipamento, melhoramento e aumento de centros funcionais e laboratórios</p> <p>Nº de técnicos especializados disponíveis e em efectivo serviço;</p> <p>Melhoria das condições de organização dos órgãos de controlo de qualidade alimentar</p> <p>Fomento de cursos de formação profissional e/ou pós-graduações em Segurança alimentar e nutricional</p> <p>Fomento de Cursos de Especialização Tecnológica (CET) com duração de 3 a 6 meses para técnicos;</p> <p>Número de laboratórios</p> <p>Número de documentos distribuídos</p> <p>Número de crianças e mulheres puérperas que recebem Vit A nas actividades de rotina</p> <p>Tipo e quantidades de alimentos fortificados</p> <p>Percentagem de unidades sanitárias que oferecem o</p>
	<p>serviços integrados de saúde</p> <p>Aumentar o número de consumidores informados sobre os seus direitos</p> <p>Número de formadores capacitados</p> <p>Reduzir em metade a proporção de pessoas sem saneamento básico</p> <p>Reduzir em metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável</p> <p>Aumentar o número de furos artesanais</p> <p>Reforço da capacidade técnica</p> <p>Melhoramento da qualidade dos produtos alimentares</p>	<p>pacote integrado dos serviços</p> <p>Percentagem de população conhecedora dos seus direitos</p> <p>Número de formadores capacitados em matéria de direitos dos consumidores</p> <p>População com acesso a uma fonte de água potável</p> <p>População com acesso a condições melhoradas de saneamento</p> <p>Número de furos</p> <p>Número de Técnicos capacitados</p> <p>Eficiência do sistema</p>

**QUADRO 2 – PRINCIPAIS POLITICAS PREVISTAS NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

OBJECTIVO ESPECÍFICO 1 – Aumentar e diversificar a produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as condições de vida no meio rural	
POLITICA	NÍVEL ESTRUTURAL
	<p>Facilitar concessões de terra arável a famílias camponeses;</p> <p>Diversificação das culturas alimentares, aposta na agricultura de regadio, mecanização e fomento da tracção animal nas actividades de lavoura;</p> <p>Produção, multiplicação e disseminação de sementes de variedades melhoradas;</p> <p>Melhoramento da assistência técnica aos produtores;</p> <p>Extensão do repovoamento e fomento pecuário no país</p> <p>Criação de reservas alimentares e estabilização de preços de compra e venda;</p> <p>Escoamento e valorização da produção agrícola e pesqueira;</p> <p>Reactivação da agro-indústria (moagens, silos, matadouros, aviários, armazéns, sistemas de frio e electricidade);</p> <p>Recuperação e modernização do sector produtivo marinho;</p> <p>Reforçar as condições para a conservação do produto da pesca nas embarcações;</p> <p>Reforço da adesão ao movimento associativo e cooperativo;</p> <p>Facilidade de acesso ao crédito bancário e escoamento da produção;</p> <p>Criação e expansão da rede comercial;</p> <p>Elaboração de um plano de acção nacional para a mulher rural;</p>



	<p>Reactivação da indústria pesqueira (docas, sistemas de frio, electricidade e armazéns);</p> <p>Gerir melhor o uso dos recursos e diversificar as técnicas e métodos de produção (aquicultura, espécies exóticas e biotecnologia)</p> <p>Reabilitação das redes viárias secundária e terciária degradadas e/ou construção de novas estradas;</p> <p>Ampliação da rede comercial retalhista e grossista;</p> <p>Relançamento de feiras agro-pecuárias em todo o país Reabilitação e/ou construção de laboratórios, centros de documentação (campos de experimentação, logística e serviços de apoio) dos Institutos de Investigação (Agronómica, Veterinária, Pescas);</p> <p>Reforço e formação de pessoal técnico e científico por especialidades</p> <p>Contribuir para a melhoria do bem-estar das populações, no que respeita a redução dos níveis de sub nutrição/fome;</p> <p>Reforço no controle da actividade pesqueira;</p> <p>Reforçar o programa nacional de iodização do sal;</p> <p>Valorizar o capital humano e a capacitação dos serviços de unidades pesqueiras produtivas;</p> <p>Reforçar o sistema de gestão integrado das zonas costeiras para definição das regras a que se deve sujeitar a ocupação litoral (urbanização, turismo, actividades de lazer, redes viárias, circulação marítima costeira), incluindo uma Carta de Riscos. Plano de Gestão de Resíduos e Tóxicos;</p> <p>Incentivar a investigação científica através da construção de laboratórios, campos de experimentação, logística e serviços de apoio aos institutos</p>
	NÍVEL ESPECÍFICO
	Incentivar a produção e o processamento de mel
	NÍVEL LOCAL
	<p>Fomento da produção avícola;</p> <p>Recuperação dos recursos pesqueiros degradados;</p> <p>Reactivação dos estaleiros;</p>

	<p>Incentivar a produção dos semi-preparados e semi-cozinhados;</p> <p>Incentivar a agricultura periurbana e/ou hortas familiares;</p> <p>Construção de Centros Integrados para a pesca artesanal em todo o litoral;</p> <p>Fabrico/arranjo das artes de pesca;</p> <p>Desenvolvimento e consolidação da aquicultura em moldes sustentabilidade;</p> <p>Desenvolvimento ao acesso fácil a <i>alevins</i> e juvenis saudáveis e de qualidade em condições de preços razoáveis, destinados ao crescimento e engorda;</p> <p>Reforço para o desenvolvimento da aquicultura comunal com características artesanais;</p> <p>Melhoramento dos sistemas tradicionais de conservação de pescado assim como as boas práticas no manuseamento e processamento das capturas</p> <p>Fornecimento de insumos e instrumentos de trabalho, incluindo juntas de bois;</p> <p>Fortalecimento e expansão de programas de colecção de germoplasma de grãos, tubérculos, frutos, hortícolas e espécies nativas ameaçadas;</p> <p>Concentração nos estudos epidemiológicos, na experimentação de tecnologias adaptáveis e no controlo da qualidade e fiscalização dos alimentos de origem animal e vegetal</p>
	OBJECTIVO ESPECÍFICO 2 – Garantir a disponibilidade e estabilidade da oferta de produtos alimentares, restaurando o mercado interno com vista à interligação entre as zonas com excedentes e as de maior poder de consumo
POLÍTICA	NÍVEL ESTRUTURAL
	<p>Fomento de culturas não tradicionais nas diversas regiões agro-ecológicas;</p> <p>Melhorar a circulação de pessoas e bens e a maior interacção entre a cidade e o campo</p>



	NÍVEL ESPECÍFICO
	Criação de Centrais de Distribuição de Produtos Agrícolas
	NÍVEL LOCAL
	Criação de feiras do Produtor e mercados locais
OBJECTIVO ESPECÍFICO 3 – Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de protecção social para os grupos mais desfavorecidos	
POLÍTICA	NÍVEL ESTRUTURAL
	Promover o desenvolvimento económico e humano através do encorajamento ao investimento e à formação
	Promover a implementação de projectos específicos de educação e formação profissional para os grupos vulneráveis
	NÍVEL LOCAL
	Construir, apetrechar e alargar as redes de instituições de atendimento a grupos vulneráveis
OBJECTIVO ESPECÍFICO 4 – Diminuir os níveis de desnutrição da população através da melhoria das condições de saúde, educação e saneamento básico	
POLÍTICA	NÍVEL ESTRUTURAL
	Promover campanhas de educação dirigidas as famílias
	Promover um sistema financeiro que apoia as famílias pobres
	NÍVEL ESPECÍFICO
	Sensibilizar as comunidades sobre hábitos e práticas alimentares saudáveis
	Apoiar e expandir o programa de apoio social e em especial o da merenda escolar
	Elaboração de directrizes nacionais sobre a alimentação de bebés e crianças e para as pessoas vivendo com VIH/SIDA
	Suplementação com micro nutrientes e fortificação de alimentos



	NÍVEL LOCAL Promover campanhas de educação dirigidas as famílias ao nível local Realização de ações de vigilância nutricional no seio das comunidades Melhorar o ambiente escolar em termos de condições higiénicas e sanitárias Revitalização dos sistemas de saúde municipais
OBJECTIVO ESPECÍFICO 5 – Criar e Implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido e sistemas de monitorização da SAN	
POLÍTICA	NÍVEL ESTRUTURAL Criação de um dispositivo de seguimento da vulnerabilidade e insegurança alimentar; Criação de um Sistema Nacional de Alerta Rápido para a Segurança Alimentar e de Vigilância Nutricional;
	NÍVEL LOCAL Apoiar as comunidades para a construção de latrinas melhoradas Criação de bancos regionais de alimentos; Mapeamento das zonas de risco
OBJECTIVO ESPECÍFICO 6 – Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública e do consumidor	
POLÍTICA	NÍVEL ESTRUTURAL Reforço da capacidade interventiva das associações de defesa do consumidor; Proporcionar saneamento básico Criação da capacidade técnica material e científica para a elaboração das normas alimentares Implementação do sistema HACCP
	Reforço da capacidade interventiva dos órgãos de inspecção e fiscalização
	NÍVEL ESPECÍFICO Promover campanhas de informação aos consumidores sobre a utilização e consumo de alimentos Distribuir água potável as famílias Implementação das normas higio-sanitárias dos produtos da pesca nos barcos e estabelecimentos;
	NÍVEL ESPECÍFICO Distribuir água potável as famílias em nível local Reforçar os sistemas de perfuração para a captação da água no meio rural e periferia

Se pretender comentar este artigo, agradecemos que o faça a partir do e-mail gsa@minagri.gov.ao